

MANDATO DE 2025-2029

ATA N.º 3 / 2026

----- A Assembleia Municipal de Sertão reuniu em Sessão Ordinária, nos termos do nº 1 do artigo 27º e na alínea b) do nº 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75 de 12 de setembro 2013, para deliberação sobre os assuntos constantes na Ordem do Dia, no dia 30 de abril de 2026, pelas 15:00 no Salão da Assembleia Municipal no Edifício dos Paços do Concelho, presidida por José Pedro Leitão Ferreira, auxiliado pelos secretários Anabela Farinha Leitão Ruivo Brízio e Matilde Bettencourt Fernandes Damas Moreira.-----

----- Feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: José Pedro Leitão Ferreira, João Carlos Silva Almeida, Vítor Manuel do Carmo Cavalheiro, Marco Paulo dos Santos, Jorge Manuel Marques Coluna, Anabela Farinha Leitão Ruivo Brízio, Cláudia Isabel da Silva António, Jorge Manuel Rodrigues Farinha, Paulo Jorge Lopes Santos Cunha, Manuel Francisco Antunes Dias, Miguel Marques Fernandes, Maria João Alves Ribeiro, Diogo Ribeiro Matias, Samuel Dias Xavier, Nuno Miguel Antunes Pereira, Maria Beatriz Martinho de Bastos Lemos Simões, João César Duarte Antunes, Jorge Manuel Farinha Nunes, Matilde Bettencourt Fernandes Damas Moreira, Pedro Miguel A. Dias de Jesus, Álvaro Fernando Carvalho Monteiro, Adriana Pires Santos, António Nunes Xavier, Luis Filipe Martins Costa, Célia Maria Duarte Luís, Pedro Manuel Martins da Silva, Paulo José Martins Alves, Francisco Manuel F. Garcia, Joaquim José da Silva Pereira Alves, Manuel Dias Farinha e Susana Isabel Alves Rodrigues.- -----

----- Pediram a substituição à sessão que foi apreciada e aceite as deputadas municipais:-----

Daniel Filipe Nunes Luis (PSD) tendo sido substituído por Miguel Marques Fernandes; Elisabete Maria Nunes Ramos Siebeling (CHEGA) tendo sido substituída por Nuno Miguel Antunes Pereira; -----

Carolina Costa Pedro (CHEGA) tendo sido substituída por Pedro Miguel A. Dias de Jesus; -----

Carlos Mateus Marques Lopes (PSD) tendo sido substituído por Luis Filipe Martins Costa; -- -----

Rui Jorge Dias Monteiro (PSD) tendo sido substituído por Francisco Manuel F. Garcia;



sertãassembleia municipal

Rogério Paulo Antunes Luis (PSD) tendo sido substituído por Manuel Dias Farinha;----

-----**Presidente da Assembleia:** Cumprimentou todos os presentes e os ouvintes que acompanham a sessão através da Rádio Condestável, felicitando a emissora pelo seu 40.º aniversário e pelo relevante trabalho desenvolvido ao longo destes anos, ao dar voz às populações e aos problemas da Beira Interior. -----

De seguida declarou haver quórum e abriu a sessão ordinária.-----

-----1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.-----

-----1.1 – Informações sobre o expediente da Assembleia Municipal.-----

Recordou que foram divulgadas várias iniciativas e ações de formação, via e-mail, a todos os elementos da Assembleia Municipal. Referiu ainda que as Assembleias Municipais de São Brás de Alportel, Estarreja, Alcanena, Entroncamento, Marvão, Maia, Porto Santo, Peniche e Penalva do Castelo expressaram profunda solidariedade para com o Município, na sequência da catástrofe provocada pela tempestade Kristin.- Deu igualmente conhecimento de que a Juventude Social-Democrata remeteu um documento, no âmbito de abril, mês da prevenção dos maus-tratos na infância, associado à iniciativa promovida anualmente pela CPCJ, destacando a importância desta ação e da prevenção dos maus-tratos na infância. -----

Por último, informou que deu entrada na Assembleia Municipal, via correio eletrónico, a identificação dos elementos representativos da bancada do Partido Social Democrata, designadamente os deputados João Carlos Almeida e Jorge Coluna pelo que a comissão se encontra, a partir desse momento, formalmente constituída.-----

-----**Presidente da Assembleia Municipal:** Seguidamente ao abrigo da alínea d) artigo 34º do Regimento da Assembleia Municipal da Sertã solicitou permissão para inclusão de uma “Moção pela Reabertura do Trânsito na EN 2 entre Pedrogão Pequeno e a Barragem do Cabril “ entregue à mesa, pela bancada do Partido Social Democrata do Concelho da Sertã e um “ Voto de Saudação – Aos Antigos Combatentes” entregue à mesa, pela bancada do Partido CHEGA do Concelho da Sertã. --- -----

Deliberação: Após a respetiva apreciação a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade a inclusão no período de “ Antes da Ordem do Dia “ - Ponto 1.3 - “Moção pela Reabertura do Trânsito na EN 2 entre Pedrogão Pequeno e a Barragem do Cabril “ e “ - Ponto 1.4 - Voto de Saudação – Aos Antigos Combatentes” . -----

-
-----**1.2 – Aprovação da ata nº 2 /2026 da sessão ordinária de 16 de fevereiro, 2026.**-----

Colocou à votação a ata nº 2 /2026 da sessão ordinária de 16 de fevereiro de 2026 tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos deputados com direito a voto. -----

----- **1.3 – Moção pela Reabertura do Trânsito na EN 2 entre Pedrogão Pequeno e a Barragem do Cabril “**-----

-----**Diogo Ribeiro Matias (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. -----

A Bancada do Partido Social Democrata apresentou “ Moção pela Reabertura do Trânsito na EN 2 entre Pedrogão Pequeno e a Barragem do Cabril “ - documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo I). -----

-----Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade-----

----- **1.4 – Voto de Saudação – Aos Antigos Combatentes”** -----

-----**Paulo Cunha (CHEGA):** Cumprimentou todos os presentes. -----

A Bancada do Partido CHEGA apresentou “Voto de Saudação - Aos Antigos Combatentes - documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo II). -----

-----Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade-----

----- **1.5 – Apreciação de assuntos de interesse para o Município.** -----

- **Solicitou intervenção:** -----

-----**Nuno Pereira (CHEGA):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo III)-----

-----**Joaquim Pereira Alves (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo IV)-----

-----**Manuel Francisco Dias (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção solicitando esclarecimentos sobre o encerramento do troço da EN2 entre o acesso à Central do Cabril e o Bairro do Cabril, bem como sobre as obras previstas pela Infraestruturas de Portugal. Referiu ter utilizado aquele trajeto durante cerca de 25 anos e salientou que já ocorreram derrocadas mais graves do que a recente, embora reconheça a importância das condições de segurança.-----



Alertou ainda para o impacto económico da situação em Pedrógão Pequeno, considerando que o prolongamento do encerramento poderá conduzir ao desaparecimento de postos de trabalho. Nesse sentido, apelou ao Município e às restantes entidades competentes para que pressionem a Infraestruturas de Portugal na procura de soluções, sugerindo alternativas provisórias, como a criação de circuitos para veículos de duas rodas e a melhoria dos acessos locais.-----

Por fim, destacou a perigosidade dos acessos ao IC8, devido à inexistência de faixas de aceleração, situação que dificulta a ligação entre Pedrógão Pequeno e Pedrógão Grande. Sublinhou a urgência da resolução do problema e alertou para a inexistência de alternativas viáveis em caso de corte do IC8.-----

-----**Francisco Garcia (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo V)-----

-----**João Antunes (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VI)-----

-----**Pedro Dias (CHEGA):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VII)-----

-----**Jorge Nunes (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou este ponto referindo que a sua intervenção para este período tinha inicialmente um alinhamento diferente. Contudo, considera importante, hoje dia 30 de abril, reforçar a relevância do 25 de Abril. Afirmou que, sem Abril, não haveria Novembro, deixando uma mensagem de gratidão aos militares de Abril e a todos aqueles que contribuíram para a consolidação e valorização da democracia. -----

No que respeita ao projeto de regulamento para a atração de médicos para o concelho, elogiou o executivo, considerando tratar-se de uma resposta à vontade da população e da Assembleia Municipal. Reconheceu ainda a justificação apresentada pelo executivo relativamente à carência de médicos e à necessidade de reforçar a resposta assistencial, considerando-a evidente.-----

No entanto, manifestou dúvidas quanto à forma de monitorização e avaliação do sucesso do projeto, questionando se esta será aferida pelo número de médicos aderentes, pelo impacto na redução do encerramento das urgências, pela diminuição

das listas de espera ou pela melhoria do acesso a médicos de família. Questionou ainda se o objetivo passa pela melhoria de indicadores concretos ou apenas pela redução da pressão mediática. -----

Advertiu que este tipo de iniciativas municipais pode, por vezes, contribuir para a desresponsabilização do Poder Central, cuja responsabilidade na gestão dos recursos médicos e da assistência em saúde considera ser primordial. Defendeu que, apesar de bem-intencionadas, estas medidas podem transmitir uma perceção de resolução do problema que não corresponde à realidade.-----

Considerou ainda que, sem um impacto estrutural no sistema de saúde, a redução pontual dos tempos de espera não configura um investimento eficaz, sobretudo se persistirem os encerramentos das urgências. Nesse sentido, defendeu que o Município deve assegurar que estas iniciativas não substituem a necessária pressão sobre o Poder Central para a implementação de soluções estruturais. -----

Relativamente ao setor da saúde, referiu que, enquanto membro eleito para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Sul, e à semelhança do que aconteceu em mandatos anteriores, nunca foi convocado para qualquer reunião daquele órgão. Salientou que o referido Conselho se encontra enquadrado por um decreto-lei de 2008, que define a sua composição e funcionamento, sendo presidido por um representante indicado pelas câmaras municipais. -----

Nesse sentido, questionou o Senhor Presidente sobre o seu conhecimento relativamente ao funcionamento efetivo deste Conselho, bem como sobre a eventual realização de reuniões da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa com entidades ligadas à área da saúde. -----

-----**Célia Luis (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo VIII)-- --- -----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. -----
Iniciou a sua intervenção felicitando a Comarca da Sertã pelo seu 90.º aniversário, destacando o seu papel na divulgação de notícias locais a nível nacional e internacional, permitindo que a voz da região chegue a diferentes públicos e entidades. -----



Destacou o contributo da Rádio Condestável, realçando o seu papel na divulgação da região e no acesso a responsáveis e entidades que, de outra forma, seriam de difícil alcance.-----

Relativamente à tempestade “Kristin”, referiu que segundo notícias, os fundos estarão disponíveis na CCDRC, mas que existem atrasos na avaliação das candidaturas pelos municípios, solicitando de imediato ao Senhor Presidente o ponto de situação sobre as avaliações em falta, sublinhando a necessidade de assegurar o ressarcimento dos visados. -----

Na área da saúde, referiu a persistência de dificuldades na marcação de consultas, exemplificando o caso de um utente que teve de se deslocar às 5 horas da manhã para conseguir consulta, sob pena de esperar mais três meses, considerando a situação grave e reveladora da fragilidade do sistema. -----

Manifestou a intenção de, se houver tempo, intervir no ponto 2.1 ainda que de forma residual, por o tema já ter sido amplamente abordado. -----

Quanto à EN 2, considerou a situação confrangedora, criticando o poder de decisão de alguns técnicos da APA e da Infraestruturas de Portugal, que, no seu entender, têm impacto negativo nos municípios. Deu conta de posições da APA que defendem a inclusão de grande parte do concelho em reserva ecológica, bem como decisões da Infraestruturas de Portugal que levaram ao corte da estrada sem fundamentação técnica suficientemente clara, salientou ter verificado a situação no terreno, defendendo que as rochas existentes não diferem de outras zonas já intervencionadas, como Foz Côa, e que existem soluções técnicas para mitigar riscos sem encerrar totalmente a via, nesse sentido criticou a inconsistência das soluções aplicadas entre diferentes zonas, nomeadamente entre Pedrógão Grande e Pedrógão Pequeno, considerando que as medidas não são uniformes nem proporcionais ao risco.-----

Questionou da existência de um “braço de ferro” entre o município e a IP quanto à não receção de infraestruturas da EN2, defendendo decisões baseadas em condições claras e não em critérios técnicos isolados, disse que não devem ser apenas um ou dois técnicos a decidir estas intervenções, defendendo maior contestação institucional e intervenção no terreno com meios adequados. Referiu também a falta de sinalização do desvio na EN2, apontando responsabilidade partilhada entre entidades e

considerou insuficiente a ausência de um estudo atualizado sobre o risco de derrocada, defendendo soluções intermédias em vez do corte total da via.-----

Concluiu que a situação prejudica a EN2 e a economia local, apelando à intervenção do Ministério das Infraestruturas e demais entidades competentes.-----

-----**Jorge Rodrigues (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção referindo que neste mês de Abril de 2026, comemora-se os 50 anos da aprovação da nova Constituição da República Portuguesa e os 50 anos das primeiras eleições legislativas. Lembramos que tudo isto foi possível porque houve uma data maior que a antecedeu o 25/04/1974.-----

Neste 52º aniversário do 25 de Abril, continuamos a assinalar a liberdade e a festejar o fim de um regime opressor do seu povo.-----

Referiu que só assim foi possível democratizar, descolonizar e desenvolver o País. Sublinhou que a democracia não pode ser considerada um dado adquirido, estando a ser testada todos os dias. Considerou oportuno recordar as palavras de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, por ocasião das Comemorações do 25 de Abril na Assembleia da República, que, dirigindo-se diretamente aos jovens, afirmou: “Cada geração tem o seu teste. Este é o vosso: garantir que a liberdade não enfraquece, não recua e não se perde.”-----

-----**Presidente da Câmara:** Cumprimentou todos os presentes e ouvintes que seguem esta sessão através da Rádio Condestável. -----

Relativamente às questões levantadas pelos deputados abordou a situação da E N 2, nomeadamente o corte da via em Pedrógão Pequeno, referindo que o troço em causa é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal (IP), informando que, até ao IC8, a responsabilidade é municipal, enquanto o restante percurso, incluindo a zona da barragem, está sob gestão da IP salientando que, independentemente das razões históricas o troço em questão pertence exclusivamente à IP.-----

Nesse sentido, afirmou que o papel da Câmara Municipal da Sertã passa por sensibilizar as entidades competentes, exercer pressão institucional e colaborar na procura de soluções. Disse que tem mantido contactos com o Secretário de Estado das Infraestruturas, o Presidente da IP e técnicos da entidade, com vista à resolução do problema, salientando que não se deve desvalorizar a avaliação técnica em matéria de segurança rodoviária. Concluiu referindo que foi a Assembleia Municipal que aprovou uma moção e que a população se tem manifestado, questionando quem

assumirá a responsabilidade caso ocorra um acidente. Salientou que o facto de, no passado, terem ocorrido derrocadas sem vítimas não deve ser motivo de desvalorização do risco, mas antes de maior reflexão, considerando que poderá ter havido sorte. -----

Acrescentou que, durante a tempestade, ocorreram quedas de grande dimensão que poderiam ter provocado vítimas mortais caso houvesse circulação no momento, reforçando a gravidade da situação. -----

Salientou que não pretende defender a IP, reiterando que também deseja a reabertura da estrada e que tem desenvolvido esforços nesse sentido, no entanto, alertou para a necessidade de prudência nas posições assumidas e para o risco de abordagens excessivamente voluntaristas. -----

Referiu que o problema em causa se arrasta há décadas e reconheceu que todas as entidades, incluindo ele próprio e a Assembleia Municipal, poderiam ter intervindo com maior antecedência e firmeza para a sua resolução estrutural. -----

Admite os constrangimentos causados pelo encerramento da estrada, nomeadamente para utilizadores que não podem circular no IC 8 e para a economia local de Pedrógão Pequeno, sublinhando a importância da EN 2 como ativo relevante para o concelho da Sertã. Concluiu afirmando que compreende todas as preocupações apresentadas, mas que, face à situação atual, importa encontrar soluções adequadas. -----

A Infraestruturas de Portugal mantém uma posição intransigente quanto à reabertura do troço, alegando falta de condições de segurança disse que já solicitou a reavaliação da situação, a qual foi realizada, mantendo-se, contudo, a mesma conclusão. Foi ainda sugerida a abertura de uma faixa de rodagem com circulação alternada, mas a IP considerou que o problema de segurança se mantém, reconhece que a situação é desesperante, compreende as intervenções dos deputados municipais, ainda que saibam que a responsabilidade não é da Câmara Municipal, mas que pretendem, legitimamente, dar visibilidade ao problema e pressionar as entidades competentes. Defendeu, no entanto, a necessidade de realismo e de atuação com base nas condições existentes. -----

Salientou, como nota positiva, o facto de a obra finalmente avançar, existindo garantia, por parte da IP, de que o concurso para a empreitada será lançado até ao fim do 1º semestre, seguindo-se a tramitação normal até ao início da execução no terreno, lembrando que esta intervenção não estava inicialmente prevista para avançar neste



momento, mas resulta da situação atual e da pressão exercida. Disse que o investimento na estabilização dos taludes será significativo, permitindo, finalmente, dotar a estrada de condições de segurança que não existem há décadas. -----

Acrescentou que o município, em articulação com a IP, está ainda a trabalhar na criação de uma via alternativa destinada a bicicletas e tratores, referindo que esse percurso já está identificado e que não foi intervencionado devido à obstrução causada por árvores caídas durante a tempestade. Referiu ainda que, neste momento, o caminho se encontra desobstruído, sendo que a sua operacionalização implicará trabalhos significativos de regularização, com expectativa de apoio por parte da IP. mencionou a colocação de tout-venant e a utilização de cilindro e de várias máquinas, com início na próxima segunda-feira intervenção possível por parte da Câmara Municipal, acrescentando que já foi transmitida essa disponibilidade à IP, permitindo a criação de um trajeto com cerca de 2 km, constituindo um circuito alternativo, parte final deste trajeto que coincidirá com a marginal da Barragem do Cabril, sendo que uma parte desta marginal já se encontra alcatroada, intervenção realizada pelo município há cerca de dois ou três anos, e como têm conhecimento essa intervenção abrangeu já uma extensão bastante considerável, não tendo sido possível avançar mais devido ao facto de o caminho atravessar uma zona situada a uma cota inferior à cota máxima da albufeira, o que impedia o respetivo alcatroamento, contudo, já é uma extensão significativa alcatroada, utilizada por veraneantes e pescadores. -----

Quanto ao restante processo, considerou que compete a todos continuar a exercer pressão para que a IP desenvolva rapidamente os procedimentos necessários e possa eventualmente reavaliar a situação, de forma a alcançar uma solução satisfatória para todas as partes e a curto prazo. Concluiu afirmando que estas eram as informações disponíveis naquele momento, garantindo que o município está a fazer tudo o que está ao seu alcance para que a situação seja rapidamente resolvida, tendo inclusivamente sido equacionadas outras hipóteses. E lembrou que nunca foi colocada ao executivo a possibilidade de o município receber aquele troço, acrescentando que não existiria oposição desde que fossem previamente realizadas as necessárias obras de estabilização dos taludes, disse desconhecer a razão pela qual o troço não foi transferido, ao contrário do que aconteceu com Pedrógão Grande. Acrescentou ainda que, caso o troço estivesse sob responsabilidade do município, já estariam a ser desenvolvidos estudos e soluções diretas para o problema. -----



Relativamente às questões relacionadas com a tempestade, Kristin referiu que pretende realizar, muito brevemente, uma reunião com todos os presidentes de junta e com o executivo municipal, com o objetivo de fazer um ponto da situação sobre os assuntos que permanecem em aberto, permitindo um melhor acompanhamento da evolução dos processos. No que respeita às comunicações, afirmou tratar-se de uma situação que se prolongará no tempo, embora tenha salientado que a relação com as operadoras se encontra atualmente mais próxima e com maior articulação. Referiu ainda que os trabalhos necessários ao nível da fibra ótica e das infraestruturas de telecomunicações são de grande dimensão, prevendo-se uma intervenção demorada, não apenas no concelho, mas em toda a região afetada pela tempestade. -----

Relativamente aos estragos verificados no cemitério, referiu que está a ser realizado um levantamento exaustivo, com registo fotográfico, identificação dos danos e respetiva orçamentação. Acrescentou que o processo se encontra atualmente do lado da seguradora, de forma a avaliar a possibilidade de apoio para a reparação dos estragos. Reconheceu tratar-se de uma situação delicada e sensível para as famílias, salientando, contudo, que existem procedimentos que não podem ser acelerados. ----

Informou que a estrada de São João integra um conjunto de 11 intervenções urgentes, atualmente em fase de contratação, destinadas a locais muito danificados e que condicionam a circulação, representando um investimento superior a 600 mil euros, ressaltando que poderão existir ajustes consoante o desenvolvimento das obras. -----

Relativamente aos caminhos florestais, esclareceu que os meios do Exército, da Força Aérea e da CIM têm estado distribuídos pelos vários municípios afetados, encontrando-se atualmente o Exército a intervir na União de Freguesias de Cumeada e Marmeleiro. -----

Esclareceu que a máquina da CIM tem atuação rotativa pelos municípios, encontrando-se atualmente noutro território, prevendo-se a sua deslocação para a Sertã. --- -----

Referiu que tem sido desenvolvido trabalho de regularização de estradões, sendo uma prioridade no âmbito do plano de defesa da floresta contra incêndios, bem como a intervenção nas zonas mais sensíveis junto às povoações, uma vez que os meios disponíveis não asseguram a desobstrução nem a retirada de madeira, estando essa tarefa a ser realizada pela Aproflora, no âmbito de protocolo com o ICNF, após ativação de cláusula contratual, estimando-se a execução de trabalhos significativos

até ao verão. Aludiu ainda a existência de instrumentos jurídico-administrativos que permitem intervir no terreno, condicionados à existência de meios humanos e materiais, sublinhando a complexidade das operações a realizar.-----

Indicou que a intervenção nas Uniãos de Freguesia de Cumeada e Marmeleiro e de Ermida e Figueiredo tem sido enquadrada na AIGP 1.0, que dispõe de financiamento próprio, enquanto o restante território depende de meios municipais ou contratualizados.-----

Sublinhou ainda elevada dimensão da intervenção, abrangendo cerca de 2000 km de estradões, e a limitação de meios disponíveis face à extensão dos danos e à escassez de recursos no setor florestal.-----

Apontou que a contratação em curso poderá atingir cerca de 1 milhão de euros, financiados pelo orçamento municipal.-----

Por fim, referiu a existência de um segundo nível de intervenção no âmbito da AIGP 2.0, destinado à limpeza da floresta em áreas mais críticas, como zonas de interface urbano-florestal e vias de comunicação.-----

Relativamente à falta de médicos, foi referido que a situação já havia sido anteriormente abordada e voltou a ser discutida em reunião com a Ministra da Saúde, no âmbito de um encontro com autarcas da Beira Baixa, onde foi transmitida a realidade do município da Sertão. -----

Sublinhou que a medida adotada pelo município foi tomada em desespero, por não existirem soluções eficazes por parte do Ministério da Saúde, tratando-se de uma resposta sem alternativa no momento.-----

Indicou que a proposta consiste na atribuição de um incentivo financeiro aos médicos de família, com um acréscimo de cerca de 2.000 euros mensais, representando um esforço orçamental significativo, estimando-se um custo anual na ordem dos 250 mil euros caso as vagas sejam totalmente preenchidas, o grau de sucesso da medida será avaliado pela execução da despesa, entendendo-se que a maior despesa corresponderá a maior cobertura de médicos. -----

Salientou que esta solução não resolve o problema estrutural do Serviço Nacional de Saúde e poderá até agravá-lo a nível nacional, embora seja considerada necessária a nível local para mitigar a carência existente no concelho da Sertão.-----

Acrescentou ainda que estão em desenvolvimento outros projetos, como uma unidade móvel de saúde. -----

Associou-se de imediato à felicitação da deputada Célia Luís, que destacou os bons resultados desportivos do Grupo Desportivo Vitória de Sernache. Relativamente aos assuntos abordados sobre a temática da floresta e do desenvolvimento, defendeu novos modelos de gestão florestal assentes numa floresta mais segura, com maior biodiversidade e maior rentabilidade.-----

Informou que estão a ser desenvolvidos vários mecanismos de apoio e operacionalização das OIGP, incluindo a gestão de uma candidatura na União de Freguesias de Ermida e Figueiredo, atualmente assegurada através da Pinhal Natural, bem como a adesão à OIGP 2.0 para o restante concelho, no contexto da recuperação pós-tempestade. Salientou a promoção de projetos de valorização dos produtos da floresta, com envolvimento da Câmara Municipal da Sertã e do Centro de Inovação e Competências da Floresta, visando aumentar o rendimento dos proprietários e incentivar novos modelos de gestão e uma maior presença no território.-----

Continuando, referiu ainda que persistem constrangimentos estruturais, designadamente a existência de dezenas de milhares de parcelas florestais com proprietários desconhecidos ou ausentes, o que dificulta a gestão do território. Defendeu a necessidade de medidas governamentais que permitam identificar proprietários, promover a sua participação ativa e viabilizar soluções de gestão inovadoras, incluindo o combate à indivisão hereditária.-----

Para finalizar, exemplificou o caso da União de Freguesias de Ermida e Figueiredo, com cerca de 4.000 hectares de AIGP e aproximadamente 12. 000 propriedades, evidenciando a complexidade da intervenção e a dificuldade em garantir a adesão dos proprietários às medidas de gestão florestal.-----

-----**Presidente da Assembleia** : Tomou a palavra, referindo que deve ser considerada uma maior tolerância no tempo de intervenção do Senhor Presidente, de forma a permitir resposta às questões colocadas, no interesse dos deputados e do público que acompanha a sessão através da Rádio Condestável. Sugeriu que esta matéria seja analisada no âmbito da Comissão responsável pela revisão do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----**2 – PERÍODO DE “A ORDEM DO DIA”**.-----

-----**2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira.** ----

- **Solicitou intervenção:** -----



-----**Jorge Nunes (PSD):** Relativamente a este ponto da informação escrita, tendo sido referida a questão do cemitério, que já se encontra parcialmente ultrapassada, sugeriu a colocação de sinalização nas campos danificadas, como forma de respeito e segurança, embora sem confirmação da sua viabilidade técnica ou necessidade. -----

Felicitou os atletas, monitores e treinadores do CCD, bem como as instituições desportivas do concelho, com especial destaque para o Grupo Desportivo Vitória de Sernache, Sertanense Futebol Clube e Associação Desportiva do Cabeçudo, pelos resultados desportivos e pelo impacto positivo na dinâmica local. -----

Continuando, salientou a importância do investimento nas infraestruturas desportivas, as quais se encontram com limitações de operacionalidade após a tempestade Kristin, defendendo a necessidade de intervenção municipal não apenas nos campos de futebol, mas também noutros equipamentos desportivos, promovendo o desporto como fator de saúde e bem-estar e garantindo condições condignas à prática desportiva. -----

Relativamente ao IC8, considerou tratar-se de uma preocupação transversal, sublinhando a necessidade de intervenção em vários troços, incluindo entradas e saídas, bem como a melhoria das condições de segurança rodoviária, tendo sido igualmente apontadas dificuldades significativas na circulação. -----

Por fim, abordou a questão da segurança rodoviária na avenida das escolas, onde se verificam situações recorrentes de excesso de velocidade, defendendo o reforço de medidas de acalmia de tráfego, incluindo a eventual instalação de lombas adicionais. -

-----**Cláudia António (PSD):** Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo IX). -----

-----**Maria João Ribeiro (PS):** Cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção abordando a temática da prevenção dos maus-tratos na infância, associada à campanha do “Laço Azul”, desenvolvida durante o mês de abril e períodos subsequentes, sublinhando que esta representa o trabalho diário realizado nas escolas, na CPCJ e nas diversas instituições ligadas à infância e juventude. -----

Referiu que a Assembleia Municipal se associa anualmente a esta iniciativa, salientando que, apesar das várias dificuldades enfrentadas pela sociedade, a problemática dos maus-tratos infantis continua a constituir uma realidade persistente. Destacou ainda a presença da CPCJ da Sertã junto das famílias e das escolas durante



o mês de abril, acompanhando a realização dos laços humanos e promovendo atividades de sensibilização. -----

Referiu igualmente a implementação de um “Calendário de Afetos”, com desafios diários dirigidos às famílias, destacando o impacto positivo da iniciativa junto das crianças e da comunidade escolar, tendo muitas famílias manifestado vontade de prolongar a experiência para além do mês de abril. -----

No decurso da intervenção, enumerou diversas situações suscetíveis de constituir experiências traumáticas na infância, designadamente abuso físico, emocional e sexual, violência doméstica, doença mental no seio familiar, reclusão de familiares e situações de separação ou divórcio parental, sublinhando os efeitos duradouros que estas experiências podem ter no desenvolvimento das crianças. -----

Fez ainda referência à conferência realizada na sexta-feira anterior, dinamizada pela Doutora Guida Mendes Bernardo, subordinada ao tema das experiências adversas na infância, salientando a ideia de que as sociedades mais saudáveis são aquelas que investem fortemente nas políticas de infância. Nesse sentido, lançou o desafio à Assembleia Municipal, à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia para refletirem sobre o peso das políticas de infância nos respetivos orçamentos, considerando tratar-se de um investimento no futuro do concelho e na construção de uma sociedade mais saudável. -----

Aproveitou a ocasião para agradecer à Câmara Municipal da Sertão, em particular à Senhora Vereadora Ana Margarida Alves, pela colaboração e presença nas diversas iniciativas promovidas no âmbito da defesa dos direitos das crianças e jovens. -----

Por fim, sugeriu que, no encerramento da sessão, fosse registada uma fotografia conjunta com o laço azul, como forma simbólica de adesão à campanha. Para terminar este ponto, leu um excerto da obra “O que se passa na infância, não fica na infância”, do Juiz Desembargador Paulo Guerra, destacando a importância de uma abordagem comunitária sensível ao trauma, capaz de reconhecer e responder adequadamente às experiências adversas vividas por crianças e jovens, prevenindo a retraumatização e promovendo o seu saudável desenvolvimento. -----

-----**Presidente da Câmara:** -----

Seguidamente aproveitando a tolerância concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia referiu que pretendia ainda prestar alguns esclarecimentos adicionais relativamente a questões suscitadas nas intervenções anteriores. -----

No que respeita ao ponto de situação das candidaturas submetidas no âmbito da linha de apoio criada pelo Governo para a reconstrução de habitações até ao montante de 10.000 euros, informou que haviam sido submetidas 973 candidaturas, das quais 289 já se encontravam analisadas e validadas pelo Município, tendo sido remetidas para a CCDDR Centro, existindo ainda 182 candidaturas em fase de análise e de solicitação de elementos complementares aos requerentes.-----

Acrescentou que a CCDDR Centro já havia procedido ao pagamento de 114 candidaturas, salientando que mais de metade dos processos já se encontravam analisados, validados ou em fase avançada de apreciação documental. -----

Esclareceu igualmente que a principal dificuldade do processo se prendia com a instrução documental das candidaturas, nomeadamente na verificação da documentação relativa à habitação própria e permanente e aos respetivos requerentes, o que obrigava frequentemente à solicitação de elementos adicionais, contribuindo para a morosidade processual. Acrescentou ainda que, ultrapassada essa fase documental, a validação das obras e dos respetivos orçamentos decorre com maior rapidez. -----

No seguimento referiu que o Município conta atualmente com o apoio de técnicos, nomeadamente engenheiros e arquitetos provenientes das Ordens Profissionais, os quais se encontram a colaborar na validação dos orçamentos das candidaturas, contudo, esses técnicos não intervêm na validação documental dos processos, tarefa que continua a ser assegurada pelas equipas municipais, através da análise da documentação e da interação permanente com os requerentes, de modo a possibilitar a posterior validação técnica dos orçamentos e é nesta fase documental que se verifica a maior demora processual, não obstante, salientou que os trabalhos têm vindo a decorrer com regularidade. -----

Relativamente ao PDM, considerou importante prestar um esclarecimento, referindo não ser correta a afirmação de que o processo se encontra parado. Esclareceu que o PDM continua a ser trabalhado, informando que, inclusivamente, ontem ocorreu uma reunião entre o Município, a CCDDR Centro e a Agência Portuguesa do Ambiente, referindo que o Município não pretende aceitar, sem contestação, propostas apresentadas pelas entidades competentes que possam impor regras ou condicionalismos considerados prejudiciais aos interesses municipais. Nesse sentido, afirmou que continuará a ser defendida, até ao limite do possível, a salvaguarda dos



interesses do concelho, ainda que tal possa implicar algum atraso no processo de aprovação do PDM. Esclareceu que a única questão que se encontra atualmente pendente no âmbito do processo do PDM se prende com a Reserva Ecológica Nacional, sendo esse o principal ponto de divergência e negociação e logo que seja alcançada uma solução considerada aceitável para o Município, todo o conjunto documental poderá prosseguir os trâmites subsequentes.-----

Quanto à questão colocada pelo Deputado Jorge Nunes relativamente ao Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal, afirmou não dispor de uma resposta concreta, considerando, contudo, que tal circunstância poderá, por si só, constituir uma reflexão sobre o papel daquela estrutura intermédia entre o Centro de Saúde e a ULS, referindo que, não sendo especialista na área da saúde ou da organização territorial do setor, questiona frequentemente a necessidade da existência desse organismo intermédio, associando essa reflexão ao facto de ainda não terem ocorrido reuniões da referida Comissão.-----

Relativamente à zona industrial de Cernache do Bonjardim, informou que é intenção do Município proceder, em breve, a uma intervenção e sobre o mercado municipal referiu que o Executivo irá reunir brevemente com a Senhora Presidente da União de Freguesias, tendo em vista o procedimento de diversas questões relacionadas com o seu funcionamento. Salientou ainda que a infraestrutura se encontra praticamente concluída, considerando tratar-se de uma boa notícia, encontrando-se atualmente a ser tratada toda a componente administrativa e operacional necessária à sua entrada em funcionamento.-----

Quanto às questões colocadas no âmbito do investimento no futebol e do desempenho das equipas do concelho aproveitou a ocasião para felicitar todas as equipas pelos resultados alcançados, referindo que o Município tem vindo a realizar um investimento significativo na área do desporto, nomeadamente no futebol, salientando, contudo, que o entendimento do Executivo é o de que os municípios devem privilegiar sobretudo a função social e cívica do desporto, mais do que a vertente competitiva. Nesse sentido, afirmou que o apoio aos clubes de futebol continuará a ser assegurado numa perspetiva de valorização do importante papel social e formativo que desempenham junto da juventude do concelho, sem prejuízo da existência de apoio complementar à componente competitiva. -----

Relativamente às infraestruturas desportivas, informou que o Município tem igualmente vindo a concretizar diversos investimentos, referindo a existência de dez empreitadas, já em execução ou em fase de procedimento, relacionadas com os danos provocados pela tempestade Kristin, num montante superior a um milhão de euros. Indicou que, entre essas intervenções, se incluem a reparação da cobertura da bancada e dos balneários do Estádio Nuno Álvares, em Cernache do Bonjardim, a reparação da cobertura da bancada e dos balneários do Campo de Jogos Dr. Marques dos Santos, na Sertã, bem como a reparação da cobertura do Pavilhão Desportivo da Sertã. Disse que algumas destas intervenções implicam igualmente a montagem e desmontagem de painéis fotovoltaicos existentes nas coberturas, sendo para esse efeito necessárias empreitadas específicas, executadas por empresas especializadas.- Realçou que, das dez empreitadas atualmente identificadas como prioritárias, quatro dizem respeito a equipamentos desportivos, esclarecendo que o Município se encontra condicionado pela disponibilidade orçamental, razão pela qual as intervenções têm sido direcionadas para as situações consideradas mais urgentes. -----

Referiu ainda que o Executivo continua a trabalhar na possibilidade de apresentação de candidaturas ao programa Centro2030, destinadas à requalificação de polidesportivos, pavilhões desportivos e estádios, manifestando a convicção de que, no final do mandato, se verificará uma significativa valorização do património desportivo do concelho.-----

Recorrentemente realçamos a sua importância estratégica do IC 8 referindo que a via se encontra atualmente bastante condicionada, registando um volume de tráfego elevado, do qual cerca de um quarto corresponde a veículos pesados. Este itinerário é frequentemente analisado em complementaridade com o IC31, considerando que essa articulação reforça ainda mais a necessidade de intervenção. Relativamente ao IC31, informou a Assembleia Municipal de que existem sinais de eventual recuo do Governo quanto à intenção inicial de construção da via com perfil de autoestrada, estando a ser equacionadas soluções alternativas que, em alguns troços, poderão inclusivamente não contemplar intervenção nas vias já existentes. Entende tratar-se de uma notícia preocupante, não apenas para as populações da zona de fronteira, mas para todo o concelho e região, dada a relevância estratégica do IC31 enquanto ligação a Madrid. Referiu ainda que as autoridades espanholas têm vindo a concretizar os investimentos depois da fronteira, dispondo já de autoestrada a escassos quilómetros da mesma e

manifestando intenção de prolongamento dessa infraestrutura, razão pela qual considerou essencial manter uma posição firme na defesa da concretização do IC31. - Registou igualmente a preocupação anteriormente manifestada relativamente ao excesso de velocidade na avenida das escolas, defendendo a necessidade de análise e resolução célere da situação.-----

Por fim, deixou uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido pela CPCJ, destacado pelas Deputadas Cláudia António e Maria João Ribeiro, considerando-o fundamental para a construção de uma sociedade futura mais justa, solidária e desenvolvida, felicitando todos os envolvidos pelo trabalho realizado e incentivando à continuidade desse esforço.-----

-----2.2 - Proposta de ratificação-sanação da atribuição de apoio em espécie à Freguesia do Carvalhal, à Freguesia da Várzea dos Cavaleiros e à União de Freguesias da Ermida e Figueiredo, relativos à reparação de danos nos telhados e infraestruturas das freguesias, decorrentes da tempestade "Kristin" - Proc.º2026/150.10.701.02/4 - para deliberação;-----

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 20 de fevereiro de 2026.-----

-----Proposta n.º 36/2026-----

Considerando que:-----

Na sequência da passagem da tempestade "Kristin" em território português, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, foi declarada a situação de calamidade em vários concelhos da região centro, incluindo no concelho da Sertão; ----
Através do Despacho n.º 04/2026, de 05 de fevereiro de 2026, e no âmbito da tomada de medidas excecionais e urgentes, relativas à situação de calamidade, previu-se a "assunção, pelo Município, da despesa e da condução dos procedimentos administrativos e de contratação relativos à reparação de infraestruturas e equipamentos das freguesias", consubstanciando tal assunção de despesa na atribuição de um apoio em espécie, a qual terá de ser sujeita a ratificação na primeira reunião subsequente da Câmara Municipal;-----

As freguesias do nosso concelho sofreram graves danos em edifícios e infraestruturas da sua propriedade, tendo sido solicitado apoio pela Freguesia do Carvalhal, pela Freguesia da Várzea dos Cavaleiros e pela União de Freguesias da Ermida e

Figueiredo, para a aquisição de serviços relativos à reparação de telhados, nos seguintes termos: -----

Por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi autorizada a atribuição dos apoios em espécie às freguesias supra identificadas, no âmbito da tomada de medidas excecionais e urgentes, relativas à situação de calamidade, correspondendo este apoio a uma despesa que tem enquadramento orçamental no ano em curso e está devidamente cabimentada; -----

Freguesia / União de Freguesias	Serviços	Valor (sem IVA)
Carvalhal	Reparação de telhados em instalações da Junta de Freguesia do Carvalhal, Remoção de chapas e Serviço de plataforma elevatória	450,00 €
	Montagem de Andaimos, fornecimento e colocação de telha marselha com materiais e fixações, fornecimento e montagem de cumes com materiais e fixações e fornecimento e execução de beirados com materiais e fixações.	5 960,42 €
Ermida e Figueiredo	Reparação de telhados em instalações da Junta de Freguesia da Ermida	260,00 €
	Toragem de árvores de grande porte, Remoção de troncos e rama e Serviços de Camião Grua; Cemitério da Ermida; Cemitério do Figueiredo	600,00 €
Várzea dos Cavaleiros	Reparação de telhados em instalações da Junta da Várzea dos Cavaleiros	170,00 €
TOTAL:		7.440,42 €

Nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), compete à Câmara Municipal, “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos”; -----

Conforme estabelece o n.º 3, do artigo 35º, do RJAL, em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, o Presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta,



ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade; -----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

a) Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara que aprovou a atribuição de apoio em espécie à Freguesia do Carvalhal, no montante de 7884,82€ (sete mil oitocentos e oitenta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), relativos à reparação de danos nas infraestruturas da freguesia, decorrentes da tempestade "Kristin"; -----

b) Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara que aprovou a atribuição de apoio em espécie à Freguesia da Várzea dos Cavaleiros, no montante de 209,10€ (duzentos e nove euros e dez cêntimos) relativos à reparação de danos nas infraestruturas da freguesia, decorrentes da tempestade "Kristin"; -----

c) Ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara que aprovou a atribuição de apoio em espécie à União de Freguesias da Ermida e Figueiredo, no montante de 1057,80€ (mil e cinquenta e sete euros e oitenta cêntimos), relativos à reparação de danos nas infraestruturas da União de Freguesias, decorrentes da tempestade "Kristin"; -----

d) Remeter à Assembleia Municipal para ratificação-sanação, dos apoios em espécie anteriormente referidos e já atribuídos às freguesias no âmbito da tempestade "Kristin", consubstanciados na assunção, pelo Município, da despesa e da condução dos procedimentos de contratação pública e execução das intervenções, por se tratar de formas de apoio às freguesias da competência daquele órgão deliberativo, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea j), da Lei n.º 75/2013, com os efeitos retroativos legalmente admissíveis, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo; -----

-----**Presidente da Câmara:** Tomou da palavra, agradecendo o trabalho desenvolvido por todas as freguesias no âmbito da resposta à tempestade kristin, salientando a forma empenhada como atuaram no terreno em circunstâncias particularmente difíceis, considerando que, sem a colaboração das freguesias, não teria sido possível assegurar a recuperação das vias de comunicação, infraestruturas e demais equipamentos danificados, bem como acompanhar as populações, verificar situações de emergência e prestar o apoio necessário às pessoas afetadas. -----

Sublinhou ainda que a maioria das freguesias esteve presente, de forma regular, nos briefings da Proteção Civil, considerando essa articulação particularmente importante

para a eficácia da resposta operacional, motivo pelo qual enalteceu o trabalho desenvolvido.-----

Explicou que a proposta em apreciação surge nesse contexto, recordando que, na altura da ocorrência, havia transmitido às freguesias que poderiam recorrer à contratação de serviços externos para responder às situações de emergência, nomeadamente para desobstrução de vias ou reparação de telhados, assegurando que a Câmara Municipal suportaria os respetivos custos. -----

Acrescentou, contudo, que muitas freguesias optaram por recorrer a meios próprios ou ao apoio de voluntários, não tendo, por esse motivo, apresentado comprovativos de despesa. Esclareceu que as transferências financeiras agora submetidas a aprovação dizem respeito apenas às freguesias que apresentaram documentação comprovativa nesse âmbito, não obstante, reiterou o reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido por todas as freguesias, independentemente da existência de despesa formalmente apresentada. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar nos termos da presente proposta: -----

a) O despacho do Sr. Presidente da Câmara que aprovou a atribuição de apoio em espécie à Freguesia do Carvalhal, no montante de 7884,82€ (sete mil oitocentos e oitenta e quatro euros e oitenta e dois centimos), relativos à reparação de danos nas infraestruturas da freguesia, decorrentes da tempestade "Kristin"; -----

b) O despacho do Sr. Presidente da Câmara que aprovou a atribuição de apoio em espécie à Freguesia da Várzea dos Cavaleiros, no montante de 209,10€ (duzentos e nove euros e dez centimos) relativos à reparação de danos nas infraestruturas da freguesia, decorrentes da tempestade "Kristin"; -----

c) O despacho do Sr. Presidente da Câmara que aprovou a atribuição de apoio em espécie à União de Freguesias da Ermida e Figueiredo, no montante de 1057,80€ (mil e cinquenta e sete euros e oitenta centimos), relativos à reparação de danos nas infraestruturas da União de Freguesias, decorrentes da tempestade "Kristin"; -----

-----**2.3 - Proposta para autorização da adesão do Município da Sertã à Associação Ibérica de Turismo do Interior - Proc.º 2026/300.10.007/6 - para deliberação;** -----



sertãassembleia municipal

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 20 de março de 2026. ---

-----Proposta nº71/2026 -----

Considerando que: -----

Deu entrada nos serviços municipais, com o nº 4589, de 12/03/2026, e nº 4613, de 13/03/2026, e processo nº 2026/300.10.007/6, o ofício da Associação Ibérica de Turismo do Interior (AITI), apresentando a Associação, bem como as condições, atividades e vantagens da adesão do Município da Sertã à referida entidade, que mereceu a análise dos serviços municipais, efetuada na informação técnica n.º 6401, cujo conteúdo se dá aqui, como integralmente reproduzido; -----

A AITI desenvolve a sua ação no território português e espanhol, assumindo uma missão orientada para a criação e implementação de respostas inovadoras que promovam o desenvolvimento do turismo nas regiões do interior e nas comunidades transfronteiriças, fomentando a cooperação entre entidades públicas, setor cooperativo, empresas privadas e demais organizações; -----

De acordo com os estatutos, a AITI tem como finalidade promover o turismo do interior, dinamizar os territórios de baixa densidade, criar redes de cooperação, prestar apoio técnico e institucional, organizar eventos, desenvolver ações de promoção, formação e consultoria, e contribuir para a valorização económica, cultural e social dos territórios onde intervém; -----

Esta adesão é relevante, dado que a entidade assume um papel central na área do turismo, na promoção dos territórios do interior e, em particular, na articulação com projetos transfronteiriços, nomeadamente nas iniciativas em que o Município da Sertã se encontra atualmente envolvido com a Extremadura; -----

Em 20/07/2024, o Município da Sertã acolheu a apresentação oficial do seu 1.º Congresso Mundial de Turismo, durante o Festival de Gastronomia do Maranhão, que se realizou posteriormente, nos dias 26 e 27 de novembro desse mesmo ano, em Cáceres. -----

De acordo com os estatutos da referida Associação e deliberações da Assembleia Geral, será necessário o pagamento da anuidade (quota) no valor de 100,00 € (cem euros), cujo valor está devidamente cabimentado; -----

A possibilidade de participação do Município na referida Associação tem de observar o enquadramento da alínea m), do n.º 2, do art.º 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto no art.º 59.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, ambas na sua redação atual; -----

Compete à Assembleia Municipal decidir sobre o assunto, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, conforme decorre das normas conjugadas do art.º 53.º e 56.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atualizada; -----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente enunciadas, propõe-se que a Câmara delibere: -----

a) Submeter à Assembleia Municipal a autorização para a adesão do Município da Sertã à Associação Ibérica de Turismo do Interior, bem como a aceitação dos respetivos estatutos e do estudo de viabilidade financeira, em anexo, que constituem parte integrante da presente proposta; -----

b) Autorizar a realização da despesa com o pagamento da quota anual no valor de 100,00 € (cem euros); -----

c) Remeter o processo para efeitos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, em cumprimento do estabelecido no n.º 2, do art.º 56.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

d) Designar a Assistente Técnica Gracinda Francisco como gestora do procedimento.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar, nos termos da presente proposta: -----

a) Autorizar a adesão do Município da Sertã à Associação Ibérica de Turismo do Interior, bem como a aceitação dos respetivos estatutos e do estudo de viabilidade financeira, em anexo, que constituem parte integrante da presente proposta; -----

-----2.4 - Proposta de participação do Município da Sertã no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Cáceres - Beira Baixa (AECT CCBB), através da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa - Proc.º2026/300.10.007/8 - para deliberação;- -----

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 17 de abril de 2026.-----

----- Proposta nº 95/2026 -----

Considerando que: -----

O Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de julho, na redação atual, criou o instrumento jurídico denominado Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), com o objetivo de facilitar e promover a cooperação territorial, designadamente transfronteiriça; -----

O regime jurídico aplicável em Portugal foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 376/2007, de 8 de novembro, na sua redação atual; -----

A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, em reunião do Conselho de 14/08/2025, no âmbito das suas atribuições e competências, deliberou a outorga do memorando de entendimento quanto à constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Cáceres – Beira Baixa (AECT CCBB), instrumento jurídico previsto no Regulamento (CE) n.º 1082/2006; -----

O referido AECT assume a natureza de pessoa coletiva pública de natureza associativa, nos termos do respetivo regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 376/2007; -----

A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, na reunião do Conselho de 12/02/2026, procedeu à aprovação das propostas de Convénio e de Estatutos do AECT, no exercício das suas atribuições; -----

O Município da Sertã integra a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, sendo parte interessada direta nos efeitos jurídicos, financeiros e institucionais decorrentes da constituição do AECT CCBB; -----

A participação do Município através da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa no AECT CCBB reveste interesse público municipal, designadamente ao nível da cooperação transfronteiriça, acesso a financiamento europeu e desenvolvimento territorial integrado; -----

O valor global da contribuição financeira anual da CIM Beira Baixa foi fixado em 50.000€ (cinquenta mil euros), para o primeiro ano de funcionamento, o que corresponde a 6.250€ (seis mil, duzentos e cinquenta euros) de comparticipação de cada um dos oito municípios integrantes, valor esse que se encontra devidamente cabimentado; -----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos das alíneas b) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 setembro, delibere: -----



a) Ratificar a participação do Município de Sertã no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Cáceres – Beira Baixa (AECT CCBB), através da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, nos termos do Convénio e dos Estatutos aprovados no âmbito da Comunidade Intermunicipal; -----

b) Aprovar o teor do Convénio constitutivo e dos Estatutos do AECT CCBB, que se consideram integralmente reproduzidos, fazendo parte integrante da presente proposta;-----

c) Submeter a presente proposta à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação;-----

d) Mandatar o Presidente da Câmara Municipal para praticar todos os atos necessários à formalização e execução da participação do Município, através da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, no AECT CCBB. -----

- Solicitou intervenção: -----

-----**Diogo Matias (PSD):** Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo X).-----

-----**João Antunes (PS):** Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XI). -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a participação do Município de Sertã no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Cáceres – Beira Baixa (AECT CCBB), através da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, nos termos da presente proposta; -----

-----**2.5 - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação Urbana de Cernache do Bonjardim- 2026/150.10.400/1- para deliberação;**-----

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 30 de abril de 2026. --- -----

-----**Proposta nº104 /2026** -----

Considerando que:-----

Nos termos do disposto no artigo 7.º Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (R.J.R.U.), aprovado pelo Decreto - Lei n.º 307/2009, de 23/10, na sua atual redação, a reabilitação urbana é promovida pelos Municípios, através da delimitação de áreas de reabilitação urbana (ARU) e da aprovação de operações de reabilitação urbana;-----



Compete às Câmaras Municipais desenvolverem a estratégia de reabilitação assumindo-se esta “como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna.”; -----

O município da Sertão, conforme o previsto no nº 3 do artigo 17º do regime jurídico da reabilitação urbana (RJRU), remeteu ao IHRU a proposta da estratégia de reabilitação urbana (ERU) a desenvolver na área de reabilitação urbana (ARU) de Cernache do Bonjardim, e ainda a proposta de delimitação da mesma ARU, conforme previsto no artigo 13º dessa mesma legislação, à qual obteve parecer favorável por parte desta entidade.-----

O período de participação procedimental, aprovado na reunião da Câmara Municipal de 13 de fevereiro de 2026, teve início a 11 de março de 2026 (Aviso (extrato) n.º 5396/2026/2 do Diário da República n.º49, de 11 de março) e decorreu sem a apresentação de reclamações, contributos ou sugestões;-----

A proposta de delimitação de uma área de reabilitação urbana é devidamente fundamentada e contém: -----

a) A memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a), do artigo 14.º, do R.J.R.U.;-----

b) A planta com a delimitação da área abrangida; -----

Com a presente proposta de delimitação da ARU de Cernache do Bonjardim, pretende-se, na generalidade, alargar a sua delimitação e alterar o respetivo quadro dos incentivos financeiros; -----

A aprovação da delimitação da ARU é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, cfr. n.º1, art.º 13.º do R.J.R.U..-----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que:-----

A Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º1, do art.º 13.º do R.J.R.U., com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, na sua atual redação, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal:-----

a) A delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Cernache do Bonjardim, mantendo a área territorial definida em 2023 (158,48 ha), bem como os benefícios fiscais e incentivos associados, com atualização dos valores de participação financeira, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do RJRU; -----

b) A Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples, por meio da respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU), nos termos do disposto no artigo 16.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, a qual define os objetivos, prioridades e orientações de intervenção, assentando predominantemente na iniciativa dos proprietários.-----

- Solicitou intervenção: -----

-----**Maria João Ribeiro (PS):** Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XII).-----

-----**Presidente da Câmara:** Tomou da palavra referindo que até esta data o Concelho da Sertã só tinha ARU's — Áreas de Reabilitação Urbana — sendo necessário, de três em três anos, proceder à sua renovação. A partir do momento em que aprovamos também a ORU — Operação de Reabilitação Urbana — ficamos salvaguardados por um longo período de tempo - 10 anos -, existindo vantagens para os munícipes que queiram reconstruir ou conservar os seus edifícios sem problemas de interrupção e sem necessidade de renovação. -----

A ORU de Cernache do Bonjardim foi a primeira a ser desenvolvida, tendo passado por todos os procedimentos exigidos, está agora para aprovação final e entrar em vigor. Recordou que a ARU de Cernache do Bonjardim estava prestes a atingir o seu limite e, portanto, avançou-se imediatamente com esta situação. -----

Salientou ainda que o executivo aprovou hoje a ORU da Sertã e de Pedrógão Pequeno, as quais entram agora em discussão pública e provavelmente serão presentes à próxima sessão da Assembleia Municipal, significando que as três vilas do concelho ficam devidamente abrangidas. -----

Relativamente a outras situações, referiu que importa considerar que não são simples e que poderá haver objeções jurídicas ao facto de se intervirem em povoamentos que não tenham a classificação de vila e que sejam relativamente pequenos. No entanto, afirmou que a situação será analisada, tendo em conta que existem muitas povoações



neste concelho e que, ao avançar-se nesse sentido, terá de existir um critério coerente para intervir em algumas e não noutras, uma vez que não é possível abranger todas. Acrescentou ainda que, agora que estas três situações estão estabilizadas, poderá eventualmente analisar-se o avanço para outras situações semelhantes.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar nos termos da presente proposta: -----

a) A delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Cernache do Bonjardim, mantendo a área territorial definida em 2023 (158,48 ha), bem como os benefícios fiscais e incentivos associados, com atualização dos valores de comparticipação financeira, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do RJRU; -----

b) A Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples, por meio da respetiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU), nos termos do disposto no artigo 16.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, a qual define os objetivos, prioridades e orientações de intervenção, assentando predominantemente na iniciativa dos proprietários.-----

-----**2.6 - Proposta para emissão de autorização para assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de quatro veículos destinados às funções de Comando Tático (VCOT), Operacional da Proteção Civil Municipal, Coordenação da Proteção Civil Municipal e Combate Especial a Incêndios (VECI), no âmbito da candidatura CENTRO2030-FEDER-04024000, apresentada ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37 - 2026/300.10.005/93 - para deliberação,** Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 30 de abril de 2026. --- -----

-----**Proposta nº111 /2026** -----

Considerando que:-----

O Município da Sertã submeteu a candidatura CENTRO2030-FEDER-04024000, ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37, relativa à operação designada “Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos — Sertã”, enquadrada no âmbito do Investimento Territorial Integrado; -----

No contexto da referida candidatura encontra-se prevista a aquisição de quatro veículos destinados às funções de Comando Tático (VCOT), Operacional da Proteção

Civil Municipal, Coordenação da Proteção Civil Municipal e Combate Especial a Incêndios (VECI);-----

A aquisição das referidas viaturas visa reforçar a capacidade municipal de resposta operacional em matéria de proteção civil, gestão integrada de riscos, prevenção e combate a incêndios, contribuindo para a salvaguarda de pessoas e bens e para a melhoria da capacidade de intervenção no território municipal; -----

Nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os municípios dispõem de atribuições no domínio da proteção civil;-----

A despesa em causa tem uma estimativa orçamental de 677.126,00 €, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante global de 717.753,56 €, e prevê um prazo de execução de 24 meses, conforme consta da informação técnica n.º 10667, de 24 de abril de 2026, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os devidos efeitos legais;-----

A despesa encontra enquadramento no Plano Plurianual de Investimentos, nas classificações identificadas na referida informação técnica;-----

A repartição dos encargos estimados pelos anos económicos de 2026, 2027 e 2028 é a seguinte: -----

Obj	Prog	Projeto	Classificação		Designação	2026		2027		2028		TOTAL	
			Org.	Econ		Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva
1	121	2024/89 Ação 1	02	07010602	Proteção Civil Municipal – Bombeiros - Viaturas	0,01 €	0,01 €	0,00€	0,00€	350.950,99 €	372.008,05 €	350.951,00 €	372.008,06 €
						95.555,00 €	101.288,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	95.555,00 €	101.288,30 €
1	121	2024/25 Ação 1	02	07010602	Proteção Civil - Serviços Municipais - Viaturas	88.890,00 €	92.103,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	88.890,00 €	92.103,40 €
						0,01 €	0,01 €	143.729,99 €	152.353,79 €	0,00 €	0,00 €	143.730,00 €	152.353,80 €
TOTAL						182.445,02 €	193.391,72 €	143.729,99 €	152.353,79 €	350.950,99 €	372.008,05 €	677.126,00 €	717.753,56 €

Nos termos da alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, constituem compromissos plurianuais os compromissos que impliquem a obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos daquele em que o compromisso é assumido;-----



De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da mesma Lei, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, por parte das entidades da administração local, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

Sem prejuízo do enquadramento da despesa no Plano Plurianual de Investimentos, a presente assunção de encargos plurianuais não se encontra abrangida pela autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais aprovada pela Assembleia Municipal, na sequência da proposta n.º 389/2025, aprovada pela Câmara Municipal em reunião ordinária de 30 de dezembro de 2025;---

Acresce que, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na parte ainda aplicável às autarquias locais, a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico deve observar o regime de autorização prévia, sendo que, tratando-se de entidade adjudicante da administração local, a autorização a que se refere o n.º 1 daquele artigo é substituída por autorização do respetivo órgão deliberativo;-----

A atividade financeira das autarquias locais deve respeitar os princípios da legalidade, da estabilidade orçamental, da autonomia financeira, da transparência, da equidade intergeracional e da anualidade e plurianualidade, previstos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, impondo-se que os encargos plurianuais sejam devidamente autorizados, programados e refletidos nos instrumentos previsionais aplicáveis;-----

Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta;-----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas e ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todos na sua redação atual, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

a) Solicitar à Assembleia Municipal que autorize a repartição dos encargos plurianuais associados à aquisição de quatro veículos destinados às funções de Comando Tático (VCOT), Operacional da Proteção Civil Municipal, Coordenação da Proteção Civil Municipal e Combate Especial a Incêndios (VECI), no âmbito da candidatura

CENTRO2030-FEDER-04024000, ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37, até ao montante global estimado de 677.126,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 717.753,56 €, nos seguintes termos:-----

Obj	Prog	Projeto	Classificação		Designação	2026		2027		2028		TOTAL	
			Org.	Econ		Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva
1	121	2024/89 Ação 1	02	07010602	Proteção Civil Municipal – Bombeiros - Viaturas	0,01 €	0,01 €	0,00€	0,00€	350.950,99 €	372.008,05 €	350.951,00 €	372.008,06 €
						95.555,00 €	101.288,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	95.555,00 €	101.288,30 €
1	121	2024/25 Ação 1	02	07010602	Proteção Civil - Serviços Municipais - Viaturas	86.890,00 €	92.103,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	86.890,00 €	92.103,40 €
						0,01 €	0,01 €	143.729,99 €	152.353,79 €	0,00 €	0,00 €	143.730,00 €	152.353,80 €
TOTAL						182.445,02 €	193.391,72 €	143.729,99 €	152.353,79 €	350.950,99 €	372.008,05 €	677.126,00 €	717.753,56 €

b) Aprovar a submissão à Assembleia Municipal para autorização da assunção dos compromissos plurianuais correspondentes, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

-----**Presidente da Câmara:** Relativamente ao ponto 2.7, referiu que a forma de aquisição da viatura em causa apresenta algumas especificidades, justificando, por esse motivo, a existência de um ponto autónomo. -----

Esclareceu que a Câmara Municipal já aprovou a proposta, competindo agora à Assembleia Municipal deliberar sobre a assunção de compromissos plurianuais, com vista ao início dos procedimentos de contratação e aquisição das cinco viaturas destinadas ao Comando Tático (VCOT), à Operacional da Proteção Civil Municipal, à Coordenação da Proteção Civil Municipal e ao Combate Especial a Incêndios (VECI).- Informou que a aquisição será efetuada parcialmente ao abrigo de uma candidatura apresentada ao Centro 2030, com um valor global aproximado de 1.600.000 euros, contemplando não apenas viaturas, mas também outros equipamentos, salientando que a candidatura não assegurará a totalidade do financiamento desse montante.-----

No que respeita às viaturas, referiu que algumas poderão demorar um período significativo até estarem disponíveis, prevendo-se que uma delas, devido às suas características personalizadas, possa demorar mais de um ano a ser entregue, admitindo-se, inclusivamente, que apenas venha a estar disponível em 2028.-----

Esclareceu ainda que, para permitir o início do processo de aquisição, se torna necessária a distribuição plurianual das verbas entre os anos de 2026 e 2028, sendo que, caso a viatura venha a ficar disponível antes dessa data, a situação será oportunamente retificada. -----

Por último, referiu que o Município da Sertão salvaguardou uma parcela muito significativa das verbas do Centro 2030 para a área da Proteção Civil. Não obstante, continuará a ser necessário um esforço financeiro adicional por parte do município, através do seu orçamento próprio, para assegurar o investimento global previsto para os dois anos seguintes. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar nos termos da presente proposta: -----

a) A autorização da repartição dos encargos plurianuais associados à aquisição de quatro veículos destinados às funções de Comando Tático (VCOT), Operacional da Proteção Civil Municipal, Coordenação da Proteção Civil Municipal e Combate Especial a Incêndios (VECI), no âmbito da candidatura CENTRO2030-FEDER-04024000, ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37, até ao montante global estimado de 677.126,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 717.753,56 €, nos seguintes termos: -----

Obj	Prog	Projeto	Classificação		Designação	2026		2027		2028		TOTAL	
			Org.	Econ		Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva
1	121	2024/89 Ação 1	02	07010602	Proteção Civil Municipal – Bombeiros - Viaturas	0,01 €	0,01 €	0,00€	0,00€	350.950,99 €	372.008,05 €	350.951,00 €	372.008,06 €
						95.555,00 €	101.288,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	95.555,00 €	101.288,30 €
1	121	2024/25 Ação 1	02	07010602	Proteção Civil - Serviços Municipais - Viaturas	88.890,00 €	92.103,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	88.890,00 €	92.103,40 €
						0,01 €	0,01 €	143.729,99 €	152.353,79 €	0,00 €	0,00 €	143.730,00 €	152.353,80 €
TOTAL						182.445,02 €	193.391,72 €	143.729,99 €	152.353,79 €	350.950,99 €	372.008,05 €	677.126,00 €	717.753,56 €

b) A autorização da assunção dos compromissos plurianuais correspondentes, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

-----**2.7 - Proposta para emissão de autorização para assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de Veículo Tanque Tático Florestal -**

VTTF, no âmbito da candidatura CENTRO2030-FEDER-04024000, apresentada ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37- 2026/300.10.005/94 - para deliberação;-----

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 30 de abril de 2026. --- -----

-----Proposta nº112 /2026 -----

Considerando que:-----

O Município da Sertã submeteu a candidatura CENTRO2030-FEDER-04024000, ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37, relativa à operação designada “Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos — Sertã”, enquadrada no âmbito do Investimento Territorial Integrado;-----

No contexto da referida candidatura encontra-se prevista a aquisição de um Veículo Tanque Tático Florestal — VTTF;-----

A aquisição da referida viatura visa reforçar a capacidade municipal de resposta operacional em matéria de proteção civil, gestão integrada de riscos, prevenção e combate a incêndios, contribuindo para a salvaguarda de pessoas e bens e para a melhoria da capacidade de intervenção no território municipal;-----

Nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os municípios dispõem de atribuições no domínio da proteção civil;-----

A despesa em causa tem uma estimativa orçamental de 297.700,00 €, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante global de 315.562,00 €, e prevê um prazo de execução de 365 dias, conforme consta da informação técnica n.º 10669, de 24 de abril de 2026, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para todos os devidos efeitos legais;-----

Verifica-se a necessidade de proceder à abertura de procedimento de contratação ao abrigo de acordo-quadro, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 26.º, conjugada com o artigo 258.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, atendendo a que a Central Nacional de Compras Municipais dispõe de acordo-quadro em vigor que contempla o veículo pretendido;-----

Handwritten signature and initials.

De acordo com a informação técnica dos serviços, o referido acordo-quadro encontra-se em conformidade com o disposto no Despacho da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil n.º 1240/2024, de 1 de fevereiro;-----

A despesa encontra enquadramento no Plano Plurianual de Investimentos, nas classificações identificadas na referida informação técnica;-----

A repartição dos encargos estimados pelos anos económicos de 2026 e 2027 é a seguinte:-----

Obj	Prog	Projeto	Classificação		Designação	2026		2027		TOTAL	
			Orgânica	Económica		Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva
1	121	2024/89 Ação 1	02	07010602	Proteção Civil Municipal – Bombeiros - Viaturas	0,01 €	0,01 €	297.699,99 €	315.561,99 €	297.700,00 €	315.562,00 €

Nos termos da alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, constituem compromissos plurianuais os compromissos que impliquem a obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos daquele em que o compromisso é assumido;-----

De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da mesma Lei, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, por parte das entidades da administração local, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal;-----

O artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, estabelece o regime aplicável à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, para efeitos da aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;-----

Sem prejuízo do enquadramento da despesa no Plano Plurianual de Investimentos, a presente assunção de encargos plurianuais não se encontra abrangida pela autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais aprovada pela Assembleia Municipal, na sequência da proposta n.º 389/2025, aprovada pela Câmara Municipal em reunião ordinária de 30 de dezembro de 2025;--
Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apresentar propostas à Assembleia Municipal sobre matérias da competência desta;-----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas e ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todos na sua redação atual, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:-----

a) Solicitar à Assembleia Municipal que autorize a repartição dos encargos plurianuais associados à aquisição de um Veículo Tanque Tático Florestal — VTTF, no âmbito da candidatura CENTRO2030-FEDER-04024000, ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37, até ao montante global estimado de 297.700,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 315.562,00 €, nos seguintes termos:-----

Obj	Prog	Projeto	Classificação		Designação	2026		2027		TOTAL	
			Orgânica	Económica		Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva
1	121	2024/89 Ação 1	02	07010602	Proteção Civil Municipal – Bombeiros - Viaturas	0,01 €	0,01 €	297.699,99 €	315.561,99 €	297.700,00 €	315.562,00 €

b) Aprovar a submissão à Assembleia Municipal da proposta de autorização para assunção dos compromissos plurianuais correspondentes à referida aquisição, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar nos termos da presente proposta: -----

a) A autorização da repartição dos encargos plurianuais associados à aquisição de um Veículo Tanque Tático Florestal — VTTF, no âmbito da candidatura CENTRO2030-FEDER-04024000, ao abrigo do Aviso CENTRO2030-2024-37, até ao montante global estimado de 297.700,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante de 315.562,00 €, nos seguintes termos:-----

Obj	Prog	Projeto	Classificação		Designação	2026		2027		TOTAL	
			Orgânica	Económica		Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva	Valor sem Iva	Valor com Iva
1	121	2024/89 Ação 1	02	07010602	Proteção Civil Municipal – Bombeiros - Viaturas	0,01 €	0,01 €	297.699,99 €	315.561,99 €	297.700,00 €	315.562,00 €



b) A autorização para assunção dos compromissos plurianuais correspondentes à referida aquisição, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.-----

-----2.8 - Proposta para aprovação dos documentos de Prestação de Contas do Município da Sertão -2025 - Proc.º 2026/150.20.404/1 - para deliberação;-----

Foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Camarário a proposta do Senhor Presidente, sobre o assunto supracitado, em Reunião Ordinária de 30 de abril de 2026. --- -----

-----Proposta nº121 /2026 -----

Considerando que:-----

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante SNC-AP, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, e visa dotar as administrações públicas de um sistema contabilístico e financeiro mais eficiente, harmonizado com o Sistema de Normalização Contabilística e convergente com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública; -----

O SNC-AP é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão; -----

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, o SNC-AP “permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo e de informação, nomeadamente: -----

a) Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental; -----

b) Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;-----

c) Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos; -----

d) Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão; -----

e) Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais; -----



f) Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos; -----

g) Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.” -----

A informação técnica n.º 10693, Da Divisão Económico-Financeira, que se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os devidos efeitos legais e se anexa à presente proposta, efetua o enquadramento da Prestação de Contas do Município da Sertão relativa ao ano de 2025; -----

Conforme o disposto na Instrução n.º 1/2019, publicada no Diário da República, 2.^a Série, de 6 de março de 2019, do Tribunal de Contas, são identificados os factos mais relevantes constantes dos documentos de prestação de contas de 2025:-----

•No balanço os ativos e os passivos estão classificados em correntes e não correntes, sendo que o total do ativo é no valor de 75.764.970,91€, o total do passivo é no valor de 4.301.506,56€ e o total do património líquido é no valor de 71.463.464,35 €; -----

•Obteve-se um resultado antes de depreciações e resultados financeiros entre os rendimentos e gastos no valor de 3.700.943,26 € e um resultado operacional antes de resultados financeiros de (-) 285 677,63 €, sendo que o resultado líquido do exercício é de (-) 292 200,37 €, resultados espelhados na Demonstração de Resultados por Naturezas;-----

•Os recebimentos e pagamentos reproduzidos na Demonstração de Fluxos de Caixa constituem um meio através do qual o município pode prestar contas acerca dos influxos e exfluxos de caixa, durante o período do relato, sendo que, a variação de caixa e seus equivalentes composta pelos fluxos de caixa das atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento do município totalizam (-) 825 414,61€. No início do período o saldo de caixa e seus equivalentes era de 8.488.828,58€ e o saldo de caixa e seus equivalentes no fim do período de 2025 é de 7.663.413,97€; -----

•A receita total é de 34.384.860,47€ e despesa total é de 27.041.823,30€, os saldos iniciais e finais do desempenho orçamental de operações orçamentais são 8 225 253,10€ e 7 343 037,17€ respetivamente, e os saldos iniciais e finais do desempenho orçamental de operações de tesouraria são de 263.575,48€ e 320.376,80€ respetivamente;-----

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos



sertão assembleia municipal

conjugados da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e do n.º 2 do artigo 27.º, todos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Pelas razões de facto e de direito anteriormente expostas, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

Aprovar os documentos da Prestação de Contas do Município da Sertão relativos ao ano de 2025 e submetê-los à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugada com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambas do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

-----**Presidente da Câmara:** Iniciou este ponto deixando algumas observações genéricas e pontuais acerca do Relatório de Prestação de Contas de 2025. -----

Referiu tratar-se de um documento técnico extenso, composto por cerca de 320 páginas, integrando demonstrações financeiras, mapas contabilísticos e respetivos anexos, procurando, no entanto, destacar, de forma simples, os aspetos considerados mais relevantes. -----

De imediato agradeceu à Divisão Financeira, em particular à sua responsável, Dra. Gabriela Pires, pelo trabalho realizado, que classificou como exaustivo e tecnicamente muito bem executado. Agradeceu igualmente às colaboradoras que contribuíram para que o documento estivesse concluído atempadamente, salientando a enorme complexidade do mesmo. -----

Deu conta que o documento em análise constitui essencialmente um documento técnico, cujo principal objetivo consiste em traduzir, de forma clara e rigorosa, a situação financeira do município, refletindo aquilo que foi ou não executado e o estado atual da situação financeira municipal. Disse que outras considerações de natureza política poderiam naturalmente ser efetuadas pelos Senhores Deputados Municipais, no exercício da sua legitimidade democrática, mas salientou que o essencial da apreciação deveria centrar-se na validade técnica do documento. -----

Nesse sentido, considerou que o relatório se encontrava tecnicamente muito bem elaborado, traduzindo de forma rigorosa e clara a situação financeira do município, bem como o nível de execução dos projetos municipais e respetiva componente financeira. -----

Referiu ainda que, na página 31, constava um parágrafo que, no seu entender, sintetizava adequadamente a situação financeira do município, destacando que a análise dos indicadores evidenciava uma gestão orçamental globalmente equilibrada e consistente, assente numa estrutura financeira estável e numa adequada capacidade de cobertura da despesa corrente, apesar de alguns sinais de ajustamento e de abrandamento no crescimento da receita corrente, mantendo o município níveis satisfatórios de execução e reforço do investimento, revelando uma trajetória de gestão prudente.-----

Seguidamente, destacou alguns indicadores financeiros que considerava particularmente relevantes, nomeadamente o saldo corrente e o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, prevista no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, segundo a qual a despesa corrente não pode exceder a receita corrente. Informou que o saldo corrente do Município ascendia a cerca de 1.358.000 euros, o que demonstrava uma margem financeira confortável e reveladora da boa saúde financeira municipal, permitindo não só assegurar a despesa corrente, como também transferir parte da receita corrente para investimento.-----

Relativamente ao saldo global, esclareceu que o mesmo apresentava um valor negativo de aproximadamente 1.335.262 euros. Contudo, explicou que tal situação, no contexto municipal, não representava necessariamente um motivo de preocupação, uma vez que refletia o facto de ter sido executada despesa superior à receita do próprio exercício, recorrendo-se, para o efeito, ao saldo de gerência transitado do ano anterior, que se encontrava num nível elevado. Acrescentou que a diminuição do saldo de gerência em 2025 demonstrava precisamente uma maior capacidade de execução orçamental. -----

Referiu, igualmente, o cumprimento da regra prevista no artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, relativa ao mecanismo de alerta precoce de desvio, esclarecendo que o município tinha de alcançar, pelo menos, 85% da receita prevista, objetivo que, segundo informou, foi cumprido.-----

No que respeita ao endividamento municipal, salientou que os encargos com juros e da dívida eram reduzidos, considerando esse facto muito positivo. Aludiu ainda que o município apresentava uma margem de endividamento na ordem dos 8,5 milhões de euros, valor que considera bastante significativo e revelador da solidez financeira municipal. Esclareceu, contudo, que não existe atualmente intenção de recorrer ao

endividamento, embora essa possibilidade possa vir a ser ponderada futuramente no âmbito de projetos específicos. -----

Seguidamente, referiu que, apesar de reconhecer que poderiam existir opiniões divergentes quanto ao nível de execução alcançado, os resultados obtidos eram, no seu entender, muito positivos. Informou que a execução da despesa registou um crescimento superior a 4 milhões de euros relativamente a 2024, correspondendo a um aumento próximo dos 20%. -----

Informou que as despesas de investimento aumentaram significativamente, passando o peso das despesas de capital de 21,46% em 2024 para cerca de 26% em 2025, traduzindo-se numa maior execução de investimento e de obras municipais. -----

Salientou igualmente que, em 2025, o município executou cerca de 27 milhões de euros, representando a maior execução orçamental, em termos absolutos, alguma vez realizada no concelho. No que respeita às despesas de capital e ao Plano Plurianual de Investimentos, referiu que foram executados mais de 7 milhões de euros, constituindo igualmente o valor mais elevado de sempre no município. -----

Embora tenha reconhecido que as circunstâncias atuais diferem das existentes no passado, designadamente devido à transferência de competências e à existência de instrumentos financeiros como o PRR, considerou importante assinalar que a Câmara Municipal da Sertã consegue atualmente executar cerca do dobro do que executava há dez anos, entendendo que tal constitui um elemento relevante para o fortalecimento do concelho. -----

- Solicitou intervenção: -----

-----**Diogo Matias (PSD):** Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XIII). -----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XIV). -----

-----**Jorge Rodrigues Farinha (PS):** Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XV). -----

-----**Presidente da Câmara:** Relativamente à E.N 2 disse que se tratava de uma obra pela qual se aguarda há cerca de 30 anos, considerando que, caso avance agora, tal constitui um aspeto positivo para o território. Salientou que a IP tomou a decisão de avançar com a obra já neste semestre, o que considerou positivo. Defendeu, contudo, que importa procurar soluções para que a obra possa avançar da

melhor forma possível, designadamente através da avaliação de alternativas técnicas ou de eventuais ajustamentos que permitam mitigar os constrangimentos existentes e como o Senhor Deputado referiu e bem está a decorrer uma intervenção semelhante na EN 238, sendo a mesma entidade responsável pela sua execução, e que, ao contrário dessa situação, nesta via não é possível realizar a intervenção apenas numa faixa, por razões de ordem técnica determinadas pela IP. Acrescentou que, quanto aos prazos de execução, a obra terá de seguir o procedimento de concurso, o que poderá prolongar a sua concretização. -----

Relativamente às questões levantadas, e como já foi referido, a oposição está no seu direito de expressar a sua opinião política e técnica sobre o orçamento, o que é indiscutível.-----

No que respeita à habitação, referiu que alguns municípios iniciaram o trabalho nesta área muito antes da afetação de verbas ao PRR, tendo alguns já projetos e habitações concluídas e conseguiram enquadrá-las nesse programa. Acrescentou que, no caso do município, foi elaborada a Estratégia Local de Habitação, tendo sido adquiridos terrenos e habitações para reabilitação, bem como elaborados projetos de arquitetura e de execução. Referiu ainda que existem, neste momento, dezenas de projetos de execução prontos a lançar a concurso, representando já valores significativos de despesa realizada. Esclareceu que, a determinada altura, se verificou que a data de conclusão do PRR não seria revista e que não existiam condições para lançar empreitadas sem garantia de financiamento, nesse contexto, foram suspensos alguns procedimentos, aguardando-se uma clarificação dos mecanismos de financiamento da habitação, tanto no âmbito da habitação a custos acessíveis como do primeiro direito.-

Referiu que, neste momento, o município está preparado para lançar as empreitadas, faltando apenas a clarificação dos mecanismos de financiamento. Caso não exista financiamento através do PRR ou do Banco Europeu de Investimento, afirmou que será necessário ajustar a estratégia e avançar com os recursos próprios disponíveis, sublinhando, contudo, a necessidade de definição clara das condições de financiamento para permitir o planeamento adequado, ainda que não com a dimensão inicialmente prevista. Acrescentou que a habitação não representa um investimento perdido, uma vez que o município fica com o património e as famílias passam a pagar rendas, gerando retorno e rendimento.-----

Acrescentou que, mesmo com os valores de referência inicialmente definidos pelo



sertão assembleia municipal

IHRU, existia o risco de as empreitadas ficarem desertas, tendo sido realizada uma consulta ao mercado. Esclareceu que o município dispõe dos seus próprios cálculos e conhece o valor considerado adequado para a construção de habitação, razão de os valores inicialmente propostos eram demasiado baixos. Concluiu que o processo não está esquecido e que o município está preparado para avançar, sublinhando a confiança de que o atual executivo mantém o compromisso da concretização destes projetos.-----

Relativamente à questão do saldo global negativo, referida pelo deputado José Carlos João Carlos Almeida, esclareceu que foi necessário recorrer ao saldo de gerência para cobrir despesas. Explicou que, caso contrário, o saldo de gerência continuaria a aumentar e não seria possível a sua redução. Acrescentou que a execução orçamental foi superior à receita arrecadada no ano de 2025, excluindo o saldo de gerência transitado de 2024.-----

Esclareceu que, para reduzir o saldo de gerência, é necessário executar despesa acima das receitas previstas para o ano, recorrendo ao saldo anterior para compensação. Sublinhou que, quanto maior for esse recurso, menor será o saldo de gerência, sendo que existe uma parte que não pode ser utilizada, permanecendo sempre como reserva.-----

Referiu que este comportamento é natural e até positivo, na medida em que reflete uma elevada execução de despesa e atividade municipal. Acrescentou que o objetivo é precisamente reduzir progressivamente o saldo de gerência, mantendo uma gestão equilibrada.-----

Afirmou ainda que não pretendia estabelecer comparações com anos anteriores, mas salientou que o município se encontra perante uma realidade de elevada execução. Em termos globais, quer ao nível da execução total do orçamento, quer no que respeita ao PPI, referiu que se está perante as maiores execuções de sempre. Acrescentou que existe, contudo, um elemento relevante que permite compreender a razão pela qual não foi possível atingir uma execução ainda melhor, nomeadamente no âmbito do PPI.-----

Esclareceu que foram executados cerca de 7 milhões de euros no PPI, mas que existem aproximadamente 11 milhões de euros comprometidos, o que significa que foram lançadas obras, realizadas empreitadas, efetuadas contratações e adjudicadas

intervenções que já se encontram no terreno. Referiu que, caso tudo tivesse decorrido sem constrangimentos, a execução teria sido superior aos 7 milhões de euros.-----

Referiu as razões pelas quais não foi possível executar os 11 milhões de euros, esclarecendo que tal se deve essencialmente aos atrasos na execução das obras, associados a fatores externos, como a falta de mão de obra e outras dificuldades no setor da construção, que levam as empresas a apresentar sucessivos pedidos de prorrogação de prazo. Acrescentou que, caso essa realidade não se verificasse, o município teria em execução cerca de 11 milhões de euros, sendo que aproximadamente 4 milhões transitaram para 2026 e se encontram atualmente em execução. Sublinhou que existem mais de dez grandes obras em curso, algumas das quais já deveriam estar concluídas, mas que continuam em execução devido à conjuntura externa.-----

Concluiu que, apesar destes constrangimentos, considera existir uma boa execução, tanto em termos de despesa total como de despesa de capital. Referiu ainda que o objetivo passa por continuar a melhorar estes resultados, manifestando confiança de que 2026 será um ano ainda mais positivo, sendo posteriormente efetuada nova avaliação desse exercício, nos termos normais do funcionamento democrático.-----

Deliberação: Após a respetiva apreciação a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com a abstenção de 13 membros das bancadas do PSD, do CHEGA e dos representantes da Freguesia do Castelo e de Pedrógão Pequeno, e com 18 votos a favor dos restantes membros, aprovar os documentos da Prestação de Contas do Município da Sertã, relativa ao ano de 2025, nos termos da presente proposta:-----

-----**2.9 - Para conhecimento do plenário: Informação dos compromissos plurianuais realizados ao abrigo da autorização prévia genérica e delegação de competência - Proc.º 2025/100.10.600/8 - para conhecimento;**-----

Deliberação: A Assembleia tomou conhecimento. -----

-----**3- Intervenção do Público.**-----

-----**Maria de Lurdes Sequeira – Sertã** - Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XVI). -----

-----**António Silva – Cernache do Bonjardim** - Seguidamente interveio conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata. (Anexo XVII). -----

-----**Presidente da Câmara:** Iniciou este ponto felicitando a Cáritas Paroquial da Sertã e agradecendo o excelente trabalho realizado. Referiu que os voluntários

constituíram uma ajuda preciosa, uma vez que, naquele momento, a Câmara Municipal não tinha capacidade para gerir esse processo. Assim que entraram em contacto com a Cáritas Paroquial da Sertã, a disponibilidade foi total e imediata, tendo esta entidade organizado todo o processo de forma absolutamente transparente e rigorosa.-----

Referiu ainda que se tratava de um assunto sensível, devido às diferentes sensibilidades e dificuldades inerentes à distribuição de bens doados, situação que foi recentemente visível até na comunicação social, em outros distritos.-----

Acrescentou que o setor de ação social estava absolutamente sobrecarregado, devido à existência de situações de pessoas sem habitação e de muitas ocorrências de carácter urgente. Referiu também que o Estaleiro Municipal estava a organizar, da melhor forma possível, a recolha e distribuição de lonas e materiais de construção.-----

Seguidamente, em resposta ao munícipe António Silva, referiu começar a sentir-se cansado perante tentativas de divisão do concelho, quando, na verdade, existe apenas um concelho. -----

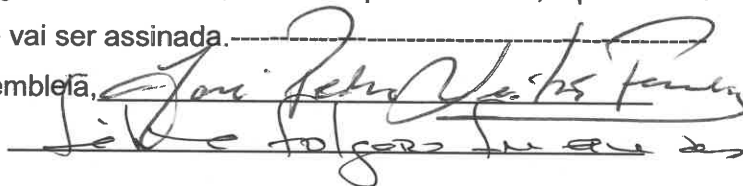
Acrescentou que não tinha de enumerar todas as localidades ou freguesias do concelho para afirmar que um projeto se destinava a todo o concelho. Considerou inesperada a questão levantada, referindo nunca ter ponderado a possibilidade de alguém considerar que um projeto relacionado com o concelho não fosse aplicado em Cernache do Bonjardim.-----

-----**Presidente da Assembleia Municipal** : Para terminar convidou todos os presentes a tirarem uma fotografia na entrada do Edifício, no âmbito da iniciativa da CPCJ. Agradeceu a presença de todos.-----

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelas 19:00 horas, da qual eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade e que vai ser assinada.-----

-----O Presidente da Assembleia,-----

-----A Assistente Técnica,-----





Moção pela Reabertura do Trânsito na EN2 entre Pedrógão Pequeno e a Barragem do Cabril

Nos termos do art.º 34 n.º 1, al.) d, do art.º 43 n.º 1, al.) e, e do art.º 75 n.º 1, al.) b do Regimento da Assembleia Municipal da Sertã, a bancada municipal do Partido Social Democrata do concelho da Sertã (PSD Sertã) apresenta a seguinte Moção para a reabertura do Trânsito na EN2 entre Pedrógão Pequeno e a Barragem do Cabril.

A Estrada Nacional 2 (EN2), no troço compreendido entre os Km 325.786 e 327.286, que liga Pedrógão Pequeno à Barragem do Cabril, encontra-se encerrada ao trânsito desde o início de fevereiro, na sequência dos efeitos da tempestade Kristin e dos períodos de chuva intensa que se seguiram.

O que inicialmente se apresentou como uma situação excecional, transformou-se, na prática, numa realidade prolongada, com impactos profundamente negativos na vida da população.

Este encerramento tem vindo a afetar gravemente a economia local: os comerciantes perdem clientes, as empresas veem a sua sustentabilidade comprometida e o turismo — que encontra na EN2 um eixo estratégico — desapareceu neste troço.

Para além disso, o quotidiano da população está hoje mais difícil. As deslocações tornaram-se mais longas, o acesso a serviços essenciais encontra-se condicionado e aumenta o isolamento de quem aqui vive.

Compreende-se que o encerramento tenha sido motivado por razões de segurança. No entanto, importa observar: que alternativas existem em caso de uma emergência que provoque o corte do IC8? E perante a aproximação de uma época crítica como o Verão, marcada pelo risco de incêndios, como será assegurada uma resposta rápida e eficaz pelos meios de socorro terrestres? Recordamos, a este propósito, o incêndio que afetou Pedrógão

R. J.



Pequeno em agosto de 2025. Com a manutenção deste corte, é legítimo questionar de que forma será garantida a proteção de pessoas e bens. Como se explica à população o aumento do tempo de resposta em situações de emergência?

Importa também referir, todos aqueles que não podem usar alternativas como a IC8 — motorizadas, tratores ou veículos sem carta.

Acresce ainda o impacto no potencial turístico desta freguesia e por consequência do concelho. Este troço da EN2 é fundamental para a atração de visitantes. O seu encerramento afasta quem nos visita, prejudica o comércio local e compromete a dinâmica da freguesia, contribuindo para a perda de coesão territorial — precisamente o contrário do que se pretende.

A solução não passa por ignorar a segurança, mas sim por encontrar alternativas equilibradas que permitam a circulação, ainda que condicionada, garantindo simultaneamente a proteção dos utilizadores.

Este troço não é apenas uma estrada: é uma ligação essencial à qualidade de vida da população, ao desenvolvimento económico local e à coesão do territorial.

Assim,

propõe-se:

Que as entidades competentes desenvolvam, com carácter de urgência, soluções que permitam a reabertura, ainda que parcial ou condicionada, do trânsito neste troço da EN2, assegurando condições de segurança, mas também o restabelecimento da normalidade na vida das populações e da economia local.



Anexo II
R.

1.4

VOTO DE SAUDAÇÃO

Aos Antigos Combatentes

Exposição de motivos

No passado dia 9 de abril assinalou-se o Dia do Combatente, data de profundo significado nacional que evoca a Batalha de La Lys, travada em 1918, e homenageia todos os militares portugueses que, ao longo da nossa História, serviram Portugal em contexto de guerra, conflito ou missão operacional.

Trata-se de uma ocasião de memória, gratidão e justiça para com aqueles que, em diferentes gerações, colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar.

Ao longo do século XX e já no século XXI, milhares de portugueses foram chamados a servir a Pátria em diversos teatros de operações, desde a Primeira Guerra Mundial às campanhas no Ultramar, bem como em missões internacionais de paz e cooperação no quadro dos compromissos externos do Estado português. Muitos perderam a vida. Outros regressaram marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático. Eu próprio vivi de perto o sofrimento que estas sequelas psicológicas deixam num ser humano, pois o meu pai foi um dos muitos ex-combatentes da guerra colonial.

Importa igualmente reconhecer que, durante largos anos, numerosos antigos combatentes não receberam nenhum apoio social, clínico e institucional compatível com os serviços prestados ao país. Muitos enfrentaram dificuldades no regresso à vida civil, no emprego, na saúde e no reconhecimento público que lhes era devido.

O Concelho da Sertã tem uma forte ligação às Forças Armadas e à Defesa Nacional, pois cerca duas dezenas dos nossos heróis conterrâneos estiveram presentes na primeira guerra



mundial, estiveram integrados nos regimentos de Infantaria de Portalegre e Leiria, seja na primeira guerra mundial, seja na guerra colonial existem especiais razões para enaltecer/valorizar esta memória e esta herança do serviço a nossa Pátria.

Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado. É afirmar valores permanentes: patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal.

Assim, sendo os eleitos do Partido Chega na Assembleia Municipal da Sertã pedem a vossas excelências para que possamos votar a favor de uma singela homenagem a todos os combatentes Portugueses que lutaram pela nossa Pátria.

Este voto de Saudação é baseado em 3 pontos.

- 1 – Saudar todos os Antigos Combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever;
- 2 – Prestar homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da Nação;
- 3 – Manifestar solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentaram ou enfrentam dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas resultantes do serviço prestado;

Sertã 30 , de Abril de 2026

Por todos os eleitos pelo Partido CHEGA na Assembleia Municipal da Sertã.



Alcides III
R.

Intervenção – Sessão Solene do 25 de Abril

(Órgãos Municipais)

Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, as Senhoras Secretárias.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, o público presente, bem como os meios de comunicação social presentes.

Comemorámos recentemente o 25 de Abril. Com o 25 de Abril celebramos a liberdade. Celebramos o fim de um regime que limitava direitos, restringia opiniões e não permitia aos portugueses escolher livremente o seu destino.

O 25 de Abril foi um momento fundador da nossa democracia. Um momento que abriu caminho à liberdade de expressão, ao pluralismo político, ao voto livre e à alternância democrática.

Mas celebrar o 25 de Abril não pode significar, transformar esta data numa narrativa única, fechada ou ideológica. O 25 de Abril pertence a todos os portugueses. Não pertence à esquerda, não pertence à direita, não pertence aos partidos. Não pertence a elites. Pertence ao povo português.

E é precisamente por isso que devemos hoje perguntar: Estamos a honrar verdadeiramente o espírito de Abril?

Porque o espírito de Abril não é apenas liberdade formal.

É também liberdade real.

Liberdade para trabalhar.

Liberdade para empreender.

Liberdade para viver com segurança.

Liberdade para dizer o que se pensa sem medo de censura social ou política.

E hoje, mais de 50 anos depois, muitos portugueses sentem que essa liberdade está incompleta.



Há portugueses que trabalham toda a vida e não conseguem pagar uma casa.

Há jovens que não conseguem construir um futuro no seu próprio país.

Há famílias que vivem com medo da insegurança nas ruas.

Há cidadãos que sentem que o Estado lhes pede cada vez mais, mas lhes devolve cada vez menos.

Senhoras e Senhores,

O 25 de Abril não foi feito para criar novos privilégios.

Não foi feito para perpetuar desigualdades.

Não foi feito para criar uma classe política distante das pessoas.

Foi feito para devolver o poder ao povo.

E esse é o compromisso que devemos renovar hoje.

Celebrar Abril também é reconhecer que a democracia precisa de ser defendida todos os dias.

Defendida contra a burocracia excessiva.

Defendida contra o centralismo.

Defendida contra a perda de soberania e contra decisões afastadas da vontade popular.

Porque democracia não é apenas votar de quatro em quatro anos.

Democracia é ouvir as pessoas.

É respeitar quem pensa diferente.

É aceitar o pluralismo político sem rótulos ou exclusões.

Celebrar Abril é querer um país mais justo.

Celebrar Abril é querer um país mais seguro.

Celebrar Abril é querer um país onde trabalhar compensa.

Celebrar Abril é querer um país que respeite os seus cidadãos.

Senhoras e Senhores,

A melhor forma de honrar o 25 de Abril não é apenas lembrar o passado.

É cumprir o futuro.

É garantir que a liberdade conquistada não se perde.

É garantir que Portugal é um país de oportunidades.

Porque o 25 de Abril não é apenas uma data.

É um compromisso permanente com Portugal e com os portugueses.

E não podemos celebrar Abril, sem mencionar Novembro e sem lembrar que a verdadeira liberdade e a verdadeira democracia só foram alcançadas a 25 de Novembro de 1975.

Depois do 25 de Abril, Portugal viveu um período de instabilidade profunda, conhecido como Processo Revolucionário em Curso, marcado por ocupações, nacionalizações forçadas, ameaças à liberdade de imprensa e tentativas de imposição de um regime de inspiração revolucionária. Foi a 25 de Novembro que militares moderados, liderados por figuras como Ramalho Eanes, travaram uma deriva que colocava em risco a democracia pluralista e as liberdades fundamentais. Foi nesse momento que Portugal escolheu definitivamente a democracia representativa, o pluralismo partidário e o Estado de direito. Sem o 25 de Novembro, Abril poderia ter sido apenas uma transição para outra forma de autoritarismo. Com o 25 de Novembro, Abril tornou-se verdadeiramente liberdade.

Viva a Liberdade.

Viva Abril, Viva Novembro.

Viva Portugal.

Anexo IV
 

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr.as Secretárias,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Sr.as Vereadoras e Srs. Vereadores,

Caras Deputadas e Caros Deputados Municipais,

Técnicos do Município,

Comunicação Social – *A Comarca da Sertã e Rádio Condestável*,

Público presente e, muito especialmente, todos os que nos acompanham através da Rádio Condestável.

A tempestade Kristin passou, mas os estragos ficaram, e muita situação continua por resolver. E importa dizê-lo com clareza, por exemplo as comunicações, estão num estado absolutamente inaceitável, com falhas constantes, zonas sem rede.

O cemitério da Sertã, apenas se removeram as árvores, de resto permanece exatamente no estado em que a tempestade o deixou: campos destruídas, jazigos danificados, famílias angustiadas e sem qualquer informação. Sr. Presidente, pergunto de forma objetiva:

O que foi feito até agora? As famílias foram contatadas?

O seguro já deu resposta?

Tem previsão para iniciar as reparações?

A dignidade dos nossos entes queridos não pode esperar indefinidamente.

Nunca vi o cemitério com tantas ervas, como hoje.

A Rua de São Gião, que sofreu abatimento e derrocada, continua na mesma, sem intervenção visível, representando um perigo real para quem ali circula. Não é uma situação menor, é uma ameaça diária à segurança das pessoas.

Quanto aos caminhos florestais, vemos nos municípios vizinhos uma mobilização e uma ação muito superior: máquinas do Exército, da Força Aérea, da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

E na Sertã?

Para quando uma resposta à altura?



As máquinas do município estão no terreno? Onde?
A floresta não espera, e o risco de incêndio também não.

Relativamente às ribeiras e ribeiros, a situação é ainda mais preocupante. Pergunto: Já existe algum processo, projeto ou plano para limpeza, remoção de árvores, desobstrução de leitos, arranjo de açudes e paredes?

E importa recordar algo que todos sabemos, mas que raramente é assumido: desde as cheias de 2006, muito do que caiu nessa altura continua ali acumulado, nunca tendo sido devidamente removido. A tempestade Kristin apenas agravou um problema que já tinha duas décadas. Ignorar isto agora é preparar novos desastres no futuro. Não podemos continuar a adiar intervenções que são estruturais para a segurança das populações.

Relativamente aos levantamentos de estragos em igrejas, associações, taludes, fontanários, estradas e demais infraestruturas: Já há decisões? Há candidaturas? Há financiamento identificado? A população merece saber em que ponto está cada processo.

Por fim, uma questão que me é colocada repetidamente: o PDM. Sr. Presidente, está em condições de informar esta Assembleia por que razão o processo está parado?

Que pareceres estão em falta? De que entidade e qual a razão. É uma situação em particular?

Os prazos vão-se cumprir?

O PDM é estruturante para o desenvolvimento do concelho. A indefinição prolongada trava investimentos, trava famílias, trava o futuro.

Sr. Presidente, estas questões não são meras formalidades. São problemas reais, sentidos diariamente pela população. E é por isso que exigem respostas claras, objetivas e calendarizadas.

Muito obrigado,

Sertã, 30/04/26

Joaquim José da Silva Pereira Alves

Presidente de Junta de Freguesia da Sertã

Anexo IV

Excelentíssimos Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Sertã, na sua pessoa cumprimento toda a Mesa da Assembleia Municipal.

Excelentíssimos Sr. Presidente da Câmara, em si cumprimento todos os vereadores do Executivo Municipal da Sertã.

Srs. Deputados Municipais, os meus cumprimentos.

Cumprimento também os funcionários do município que nos auxiliam nesta Assembleia.

Os órgãos de comunicação social aqui presentes, os meus cumprimentos.

E um cumprimento bastante especial, para aqueles que assistem a esta Assembleia Municipal, seja presencialmente, ou através da emissão em direto da Rádio Condestável.

Intervenho hoje nesta Assembleia Municipal na qualidade de representante da Junta de Freguesia de Pedrógão Pequeno, mas também, como voz da população que ali vive, trabalha e sente diariamente os impactos das decisões sobre o nosso território.

Trago hoje a esta Assembleia uma questão que já não pode ser tratada com normalidade, nem com discursos vagos. Falo do encerramento prolongado do troço da Estrada Nacional 2 entre a Barragem do Cabril e Pedrógão Pequeno.

Aquilo que começou como uma consequência de uma situação excecional, transformou-se, pela inação e falta de resposta, num problema estrutural com impactos profundos na vida das pessoas.

É importante ser claro: o problema já não é apenas o corte da estrada... o problema é a ausência de decisão.

Ao longo destes meses, tem sido notório:

- Falta de prazos;
- Falta de soluções concretas;
- Falta de comunicação eficaz;
- E, acima de tudo, uma preocupante falta de sentido de urgência.

Porém, a realidade no terreno é outra. A economia local está a ser afetada diariamente. Os comerciantes perdem clientes. As empresas perdem sustentabilidade. O turismo, que encontrava na EN2 um eixo estratégico, simplesmente desaparece neste troço.

E depois há o impacto direto nas pessoas:

- Mais quilómetros para as tarefas do dia a dia;
- Dificuldade no acesso a serviços essenciais;

- E casos concretos de quem nem sequer pode usar a única alternativa que é o IC8 — quem anda de motorizada, tratores ou veículos sem carta;
- Uma população cada vez mais condicionada no seu dia a dia;

Mas há uma área que não pode ser ignorada: A segurança.

Mas a segurança não pode ser vista apenas no troço encerrado.

Pergunto, de forma direta:

- Quem assume a responsabilidade se houver um acidente grave na IC8 e não existir alternativa?
- Quem responde em caso de incêndio, quando cada minuto é decisivo? Se voltar a acontecer um incêndio como o do passado dia 23 de agosto, ou como o ocorrido em 2004/2005 que começou na curva da fonte? Onde será efetuado o combate dos meios terrestres? Só no bairro junto às habitações?
- Se houver alguma ocorrência nas instalações da Barragem do Cabril?
- Quem explica à população que o tempo de socorro aumentou, por falta de capacidade em resolver um problema conhecido?
- Com a quantidade de pessoas a percorrer a N2 e com a ausência de informação e/indicação de percursos alternativos, quando se deparam com as barreiras tendem a entrar por caminhos sem as mínimas condições, e se aí houver um acidente, de quem é a responsabilidade? Situação esta que se vai agravar com a chegada do bom tempo. Convido todos os membros desta assembleia para que neste fim de semana alargado visitem Pedrógão Pequeno. Sentem-se junto à barreira e contem o número de motas que vão inverter a marcha (e já não falo em outros veículos), ou que param sem saberem para onde ir.
- Foi mais fácil retirar as placas informativas que se encontravam junto ao cemitério à entrada da vila?

A questão da segurança não pode continuar a ser tratada como um detalhe secundário nesta situação. Estamos a falar de um território onde os riscos são reais e conhecidos, seja ao nível rodoviário, seja ao nível dos incêndios florestais que, infelizmente, fazem parte da nossa história. Ao eliminar uma via estruturante como esta, sem garantir alternativas eficazes, está-se a aumentar de forma objetiva a vulnerabilidade das populações. Alongam-se os tempos de resposta, ao limitar acessos e a colocar em causa a eficácia dos meios de socorro. E quando falamos de emergências, não estamos a falar de incómodos, estamos a falar de minutos que salvam vidas. Não pode existir margem para dúvida nem para hesitação: uma população sem alternativas de circulação é uma população menos protegida. E essa é uma responsabilidade que não pode ser ignorada nem adiada. Estamos a falar de vidas.

Perante isto, não podemos continuar a assistir a uma gestão distante e lenta por parte das Infraestruturas de Portugal. O interior não pode continuar a esperar mais do que os outros. O interior não pode continuar a ser tratado como prioridade secundária, ou melhor, esquecida.

É por isto que hoje aqui estou nesta Assembleia, não apenas como representante eleito na Freguesia de Pedrógão Pequeno, mas como alguém que é de Pedrógão e sabe o quanto esta decisão negativa está a prejudicar toda a Freguesia. Por isso também vos peço, que além de reconhecer o problema, exijam respostas.

Respostas estas que sejam transparentes e claras:

- Exigimos que sejam tornados públicos os relatórios técnicos e estudos que fundamentaram a decisão de corte e bloqueio deste troço da EN2, quer por parte da Infraestruturas de Portugal, quer por parte da Câmara Municipal.
- Sr. Presidente, da Câmara, tem conhecimento do estudo ou parecer técnico em que as Infraestruturas se basearam para justificar o encerramento da N2? Porque não o Município solicitar uma nova avaliação para a reabertura da N2 às Infraestruturas de Portugal? Ou então, porque não o Município solicitar a elaboração de um estudo alternativo devidamente fundamentado com fatos concretos e realistas.

A população tem o direito de conhecer:

- Os riscos identificados;
- As avaliações técnicas realizadas;
- As soluções estudadas;
- E os motivos concretos que justificam a manutenção desta situação.

Sem transparência, não há confiança. E neste momento, a confiança está fragilizada.

Tendo em conta, a ausência de respostas claras e de evolução concreta do processo, entendemos que o Município não pode limitar-se a aguardar. O Município deve assumir uma posição mais firme e determinada, recorrendo, se necessário, a todos os meios ao seu alcance, para salvaguardar os interesses das populações e exigir uma resolução efetiva desta situação. Porque o que está em causa ultrapassa largamente a esfera técnica...é uma questão de interesse público, de segurança e de justiça territorial.

Pedrógão Pequeno e as gentes merecem respeito e merecem acima de tudo:

- um plano de intervenção com carácter urgente
- prazos concretos e públicos
- soluções provisórias que devolvam alguma normalidade à circulação
- transparência total nos processos e decisões

Já não está apenas em causa uma infraestrutura, mas sim a dignidade de um território. É a igualdade entre regiões. É o direito básico à mobilidade, à segurança e ao desenvolvimento. E isso não pode continuar bloqueado.

E deixamos também um alerta claro: A população já demonstrou que está atenta, unida e determinada. Já falou nas ruas, nas redes sociais, junto das entidades e até diretamente a quem tem responsabilidade política.

Se nada mudar, essa voz não se vai silenciar...vai-se continuar a ouvir e vai crescer.

Porque quando uma população sente que não é ouvida, não desiste...insiste. E esta Assembleia não pode ignorar esse sinal.

Importa também referir que tudo isto se torna ainda mais incompreensível quando falamos de uma freguesia como Pedrógão Pequeno, uma das mais bem localizadas do concelho da Sertã, com acesso privilegiado ao IC8, atravessado pela EN2, junto ao rio Zêzere e à Barragem do Cabril, numa zona de enorme valor natural, turístico e estratégico.

Temos todas as condições para crescer, para atrair pessoas, para dinamizar a economia local. Mas, na prática, o que sentimos no terreno é o contrário. Sentimos dificuldades a aumentar. Sentimos oportunidades a perder-se. E sentimos, infelizmente, um crescente abandono. Porque para quem decide, pode continuar a ser apenas uma questão de quilómetros. Mas para quem vive aqui, é uma questão de desenvolvimento, de dignidade e de futuro.

Toda esta triste situação recorda-me uma frase que ouvi num dia da freguesia de Pedrógão Pequeno, em que o anterior Sr. Presidente da Junta disse: “Pedrógão Pequeno dista cerca de 16 Km da sede de concelho, mas parece que dista 16.000 Km”. Hoje, além de reforçar a afirmação ainda acrescento que agora colocaram-nos num beco sem saída.

Sei que não trouxe nenhuma novidade, mas estamos aqui para representar pessoas. E as pessoas já disseram o que sentem.

Muito obrigado.

Anexo VI



Sertã, 30 de Abril de 2026

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Sertã

Ponto 1.3 – Assuntos do Interesse do Município

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Sertã, na pessoa do qual cumprimento os restantes elementos da Mesa,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Sertã e Srs. Vereadores,

Exmos. Srs. Membros da Comunicação Social aqui presentes,

Exma. Sr.^a Técnica de Apoio aos Trabalhos da Assembleia Municipal

Estimado Público, que nos ouve presencialmente ou através da Rádio Condestável,

Senhoras e Senhores Deputados,

No passado dia 16 de Fevereiro, quando esta Assembleia reuniu pela última vez, o clima era sóbrio e de introspeção. Lidávamos ainda com os efeitos de uma tempestade, tempestade esse de uma severidade nunca antes vista, que deixou, à sua passagem, um rasto de destruição e de desânimo.

Muitas foram as intervenções nessa sessão que realçavam o grande desafio com que nos deparávamos, mas que exprimiam, ao mesmo tempo, a gratidão bem-vinda para com aqueles que nas horas mais difíceis deixaram para trás as suas famílias, as suas casas e os danos que eles próprios tinham sofrido nos seus bens e no seu espírito, para se dedicarem a servir a comunidade e solucionar os graves condicionantes que nos afetavam a todos.

Saí dessa reunião, como deputado e como cidadão (acima de tudo, como cidadão), com conforto e esperança no coração, com a alegria de saber que, mesmo em tempos difíceis, sabemos colocar o que nos divide de parte, nomeadamente diferenças políticas, e juntos trabalhar construtivamente para o bem maior.

Mas, para minha desilusão, esta esperança foi cruelmente despedaçada quando vim a assistir, nos últimos tempos, a censuráveis tentativas de aproveitamento político por certos e determinados atores políticos do nosso concelho. Embora saiba que na política, infelizmente, o que é conveniente supera, em larga escala, o que é genuína preocupação, não deixa de me consternar, como jovem sertaginense, que este fenómeno que cada vez mais infesta o debate político nacional tenha sido estrondosamente arrastado para o debate autárquico.

Como órgãos políticos de maior proximidade, onde o espírito de serviço é ainda a norma, deve chocar cada um de nós ver este cada vez mais prevalente afanar de chamuscas do ódio e das divergências, quer sejam territoriais, sociais ou políticas, para delas retirar proveito político, deve chocar cada um de nós ver o enxovalhar público e privado de autarcas e permanecer em silêncio, e, acima de tudo, deve chocar cada um de nós o assistir com serenidade à falta de decoro e institucionalismo nos debates, confundindo o excesso de formalismo com o respeito devido aos representantes das instituições.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não desejo dizer-vos que não pode ou não deve haver divergência de ideias, nem que o debate não se possa fazer de forma aguerrida. A existência saudável de oposição é um pilar fundamental que Abril nos legou. Mas esbater a fronteira do populismo e da oposição é prestar um mau serviço às instituições, aos cidadãos e, acima de tudo, às nossas consciências.

Por isso, hoje tomo a palavra, usando o eco da minha intervenção pós-tempestade, para vos dizer o seguinte: podemos divergir, podemos debater, mas não podemos nunca por em causa o respeito devido ou, em nome de jogos políticos interesseiros, usar a desgraça alheia para proveito próprio. Não podemos regar o fogo do descontentamento com gasolina e queixarmo-nos quando este não é apagado



a tempo. Não podemos criticar por puramente criticar, escondendo no ruído que fazemos o vazio real de fundamento. Não podemos pedir soluções rápidas e esquecer convenientemente de informar os constrangimentos legais e administrativos que estão associados às mesmas, muitos deles por imposição superior.

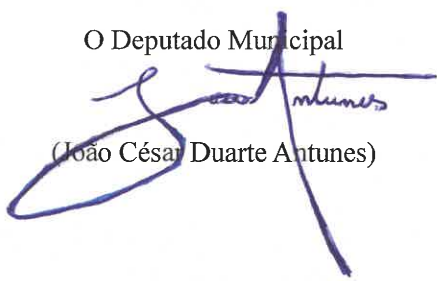
Não nego que as emoções estejam à flor da pele e os corações na boca. Passámos por uma provação sem precedentes e curar, a fundo, o nosso concelho levará tempo e paciência. Esta casa aqui estará para fiscalizar, como sempre fez, quando as demoras forem inexplicáveis ou as soluções não forem as melhores. Aceito que se critique, porque sou democrata e profundamente crente no valor do debate democrático. Mas necessito que se fundamente a crítica, porque a exigência de exercer funções públicas assim o postula.

Senhor Presidente, Senhores deputados. Posso, em consciência, aceitar a crítica, se a justiça da mesma o exige. Posso, em consciência, aceitar a divergência de ideias. Não posso, conscientemente, aceitar que, de forma fria e calculista, se jogue constantemente de forma baixa enquanto se exige padrões aos outros que não cumprimos.

Por isso, hoje tomo a palavra para pedir que trabalhemos em conjunto. Por isso, hoje peço a palavra para pedir elevação e respeito no decurso do debate político. Estar em silêncio é ser cúmplice de atitudes que não desonram apenas quem as pratica, mas todos os representantes políticos.

Exatamente por não aceitar que sejamos todos conectados com os poucos que não elevam a política, mas que a conspurcam, pergunto assim, a todos os presentes: eu não pactuo. E os senhores?

O Deputado Municipal



(João César Duarte Antunes)

Handwritten notes and signatures at the top right of the page, including the text "Aviso V II" and several illegible signatures.

Boa tarde,

Cumprimento todos os presentes e quem nos possa estar a ouvir por via rádio Condestável

O assunto da minha intervenção é referente ao corte da via Estrada Nacional 2 mais concretamente entre o Km 325,7 e o Km 327,3 ou seja entre a Barragem do Cabril e Pedrogão Pequeno.

Lamentamos bastante o facto desta infraestrutura ter sido encerrada, excetuando alguns dias após a passagem da tempestade Kristin não mais se revelou perigo consolidado para os possíveis utilizadores da via, mais até podemos afirmar que já há sensivelmente dois meses não ocorre qualquer deslize de talude ou queda de rochas o que deixa um sentimento de revolta e insatisfação nos utilizadores afetados e que relembro não são apenas locais mas também de todos os pontos do país e do globo tendo em conta que este traçado faz parte da prestigiada e conhecida ROTA N2.

Não desprezando o possível risco que eventualmente pode surgir para quem lá passa entendemos que quem tutela a mesma não teve o mínimo de respeito ou bom senso a lidar com a situação e revela total desconhecimento da realidade atual, é de unanime opinião que deve ter lugar uma boa intervenção definitiva a fim de salvaguardar a segurança futura, mas de forma alguma faz sentido fechar totalmente uma via com esta importância pois essa ação traduz se no seguinte:

- Cortar a única ligação circulável para veículos não automóveis entre as duas margens do rio Zêzere

- Afastar populações nas relações económicas e sociais

- Interromper uma rota turística com um potencial enorme que afeta todo o concelho

- Asfixiar empresas e comerciantes que tinham nesta via uma restes de esperança para sobreviver as dificuldades impostas pelo fator interior penalizando fortemente o comercio local

- Matar a nascença projetos de investimento recentes relacionados com o desenvolvimento turístico local e respetiva economia

- Não respeitar os princípios democráticos como cooperação diálogo e aceitação de alternativas

- Tratar cidadãos com dois pesos e duas medidas, ou seja, portugueses de primeira e de segunda sendo que na margem oposta temos o mesmo problema e foi solucionado com uma alternativa provisoria e bem até ser possível intervir de forma definitiva, a única diferença é de que na margem oposta quem tutela a via ser o Município de Pedrogão Grande que sente as populações e suas necessidades, já no nosso concelho sendo a Infraestruturas de Portugal para quem as pessoas não importam desvaloriza a realidade e necessidade das populações.

Tudo isto leva-nos a entender que a pressão feita pelo Município não tem sido suficiente ou eficaz.

Gostaria de saber se o executivo municipal tem algum levantamento dos pontos críticos a intervencionar feito por si a fim de apresentar uma opção alternativa.



Qual a extensão em metros dos pontos que eventualmente possam gerar mais perigo

Também é importante saber se o executivo já tem algum relatório justificativo da medida tomada por parte das Infraestruturas de Portugal e seu respetivo plano de resolução.

Saber também se existe abertura para a elaboração de um plano alternativo e provisório nem que seja em parceria com a autarquia pois pelas últimas informações fica-se com a ideia de que no próximo ano não será reaberta o que se assim acontecer será muito mau para todos

Concluindo entendemos que este problema pode ter uma solução provisória que minimize os danos provocados pela medida tomada, porque a origem do problema já existe há décadas tal como eu e tantos outros populares e utilizadores da referida via podem testemunhar e bem conhecem.

Se a via não tem segurança não é de agora já na década de 90 em todos os invernos o autocarro tinha de se desviar de pequenas pedras caídas na via e nunca houve memória de acidentes felizmente. De acordo com a posição tomada entende-se que houve incompetência na fiscalização de segurança da via ao longo destes anos e agora continua a incompetência por parte de quem tutela a mesma porque a solução não deve ser radical penalizadora e destruidora sem ter em conta as consequências, mas sim inclusiva agregadora e colaborante em prol do bem-estar e segurança das pessoas, pois a Infraestruturas de Portugal tem tido uma postura arrogante ditatorial e inflexível ainda provada estes dias pela forma como reforçaram a interdição da via com grandes peças de betão para isso já tiveram meios mas para sinalizar corretamente ou informar percursos alternativos não os tem, lamentamos que a referida entidade não seja eficaz na execução dos seus deveres tais como colocação de barreiras acústicas junto às habitações contíguas às vias de elevado tráfego (ex IC8) ou mesmo a limpeza das silvas penduradas nas passagens inferiores da mesma via que danificam as viaturas de quem lá passa, ou como o desprezo pelas rotundas por mim já referidas anteriormente nesta sala como "ABANDONADAS" que nem as limpam nem as organizam paisagisticamente pois as nossas populações não reconhecem princípios democráticos a esta entidade até nem parece um organismo público, sendo tudo isto lamentável chegamos a concluir que as Infraestruturas de Portugal são um obstáculo na vida das nossas gentes relembro ainda os casos da suposta passagem superior entre o santuário da Senhora dos Remédios e o Mosteiro Fundeiro Da Senhora dos Remédios ou os acessos da saída nº 32 do IC8 nessa mesma zona.

É caso para perguntar o que tem a IP contra a Sertã?

Tenho dito muito obrigado.

Pedro Dias De Jesus



Aloá VIII
A. P.

Senhor Presidente da Mesa,
Senhoras Secretárias da Mesa,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

D. Fátima,

Comunicação Social,

Senhoras e Senhores Deputados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Gostaria de começar por deixar uma palavra de reconhecimento ao Vitória de Sernache, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver e pelo papel importante que desempenha na dinamização da nossa comunidade e na promoção do território.

Não podemos deixar de começar por reconhecer o impacto recente da tempestade que afetou o nosso território, trazendo prejuízos significativos e exigindo uma resposta exigente de todos.

Gostaria, ainda assim, de partir desse contexto para trazer uma reflexão que considero estrutural para o nosso território.

Na nossa realidade, tudo começa e termina na floresta.

E, no entanto, continuamos muitas vezes a olhá-la sobretudo numa lógica económica, quando na verdade estamos perante um sistema vivo, que sustenta comunidades, protege o solo, regula a água e é determinante na prevenção de catástrofes, em particular dos incêndios.

Reconhecendo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, e a complexidade deste tema, parece-nos importante continuar a evoluir para uma abordagem mais integrada — que valorize a biodiversidade, que apoie as profissões ligadas à floresta e que encare a prevenção como uma prioridade contínua e não apenas reativa.

Os acontecimentos recentes vieram evidenciar não só a dimensão dos danos, mas também algumas fragilidades no terreno, nomeadamente na articulação, na prevenção e na gestão das intervenções.

Nesse sentido, parece-nos importante que possamos, em conjunto, refletir sobre mecanismos que ajudem a melhorar essa gestão, nomeadamente ao nível da responsabilização das intervenções no território, da manutenção das vias e da definição de regras claras para a atividade florestal.



Por exemplo, poderá fazer sentido avaliar instrumentos que garantam que as intervenções deixam o território em condições adequadas, evitando que os encargos recaiam posteriormente sobre as freguesias e o município.

Nesse sentido, gostaria de questionar:

que estratégia concreta está a ser desenvolvida ou reforçada para o nosso território ao nível da gestão florestal?

E de que forma estão as freguesias a ser envolvidas nesse processo?

Aproveito também para colocar duas questões mais objetivas.

Relativamente ao mercado de Cernache do Bonjardim, que está praticamente concluído, e está verdadeiramente fantástico, existe já previsão para a abertura dos concursos das lojas e restantes espaços e que estratégia está definida para a sua efetiva dinamização?

E, no que diz respeito à zona industrial de Cernache do Bonjardim, sendo esta fundamental para a dinamização económica e fixação de atividade no nosso território, qual é o ponto de situação em termos de disponibilização de lotes e que estratégia está prevista para a sua efetiva dinamização?

São temas que consideramos estruturais para o futuro do nosso território e para a qualidade de vida das nossas populações.

Da nossa parte, existe total disponibilidade para colaborar e construir soluções em conjunto.

Muito obrigada.

ANEXO IX
A
R

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmas. Sras. Secretárias

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Senhores/as Vereadores/as

Exmos. Membros da Assembleia Municipal

Exmos. Técnicos do Município

Comunicação Social, público aqui presente e ao que nos ouve através da Rádio Condestável

Hoje, 30 de Abril, termina o mês dedicado à Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. Um mês em que se promove a nível internacional a consciencialização para a necessidade de prevenir maus-tratos, proteger as crianças e promover os seus direitos. Esta não deve ser só mais uma campanha, mas sim um alerta que deve viver connosco todos os dias.

A CPCJ da Sertã procurou ao longo deste mês dinamizar várias ações de sensibilização para esta temática. No passado dia 24 de abril, decorreu neste mesmo salão uma sessão direcionada para técnicos e intitulada "Experiências Adversas na Infância" dinamizada pela Dra. Guida Mendes Bernardo, Diretora Geral das Aldeias de Crianças SOS em Portugal e nossa conterrânea. Sessão esta extremamente enriquecedora, que nos mostrou a relevância das relações seguras na primeira infância e os impactos que estas podem ter quando estão comprometidas.

No início do mês foi também entregue nas escolas, para as crianças levarem para casa o "Calendário dos Afetos", de forma a envolver as famílias, em que todos os dias há um desafio para a criança, os pais ou a família realizarem.

Hoje por todas as escolas do concelho realizou-se o laço azul humano. Esta campanha surgiu em 1989, quando a uma avó norte-americana, amarrou uma fita azul na antena do seu carro em memória dos netos, vítimas de maus-tratos, simbolizando a cor das nódoas negras. Mas nem sempre os maus-tratos são visíveis. Nem sempre deixam marcas que se veem. Às vezes estão nas palavras. No silêncio. Na ausência de cuidado. E quando uma criança é maltratada, ela não deixa de gostar dos pais, deixa de gostar dela própria.

Segundo dados da Polícia Judiciária, continua a verificar-se um aumento preocupante da violência doméstica e dos casos de agressão contra crianças. Por exemplo, na CPCJ da Sertã no ano passado cerca de metade dos casos acompanhados tinham como base a problemática da violência doméstica. Todos estes números nos devem preocupar, assim como outras formas de violência contra as crianças, como os



abusos sexuais de menores, que também têm vindo a aumentar a sua prevalência, a violência nas escolas, tantas vezes noticiada nos meios de comunicação social, ou ainda a violência online.

Hoje mais que o desempenho académico importa investir na promoção da inteligência emocional das nossas crianças e jovens, na sua capacidade de reconhecer e gerir emoções, de modo a torná-las adultos com maior capacidade para ultrapassarem os desafios da vida pessoal e profissional com sucesso, mais automotivados e com relacionamentos mais felizes e saudáveis. Projetos de excelência, como o "Criativamente", desenvolvido pelo Município da Sertã, não devem ser pontuais, não devem ter data de início e fim, mas sim ter continuidade no tempo.

As nossas crianças e jovens estão hoje expostas aos mais variados riscos, ricos que se vão alterando ao longo do tempo e para os quais a maioria de nós não tem ferramentas para os minimizar. Desta forma, sensibilizo também para a participação no curso de Desenvolvimento de Competências Parentais, promovido pela CPCJ da Sertã durante os próximos meses de Maio e Junho. Porque nenhuma criança vem com manual de instruções, é um livro em branco e cabe-nos a nós todos ajudar a escrever uma história feliz.

Os maus-tratos cometidos contra crianças e jovens constituem crime público, o que significa que qualquer pessoa pode e deve comunicar situações suspeitas às autoridades, contribuindo para a salvaguarda dos direitos e bem-estar das vítimas. É importante perceber que o que acontece na infância não fica na infância, pois a infância é o chão sobre o qual caminharemos o resto dos nossos dias.

Termino deixando o slogan da Comissão Nacional: "Serei o que me deres, que seja amor!" E o amor ainda é gratuito, não precisa de verbas nem de fundos, por isso cuidar das crianças é responsabilidade de todos. Pois, como diz o Provérbio Africano - "É preciso uma aldeia inteira para cuidar/educar uma criança". Como diria o Papa Francisco, precisamos de todos, todos, todos, pois o que se faz agora com as crianças, é o que elas farão depois com a sociedade.

Grata pela vossa atenção,

Cláudia António (PSD)

Sertã, 30 de Abril de 2026

2.4 – Proposta de Participação do Município da Sertão no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Cáceres – Beira Baixa



O Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Cáceres–Beira Baixa assume-se como um instrumento concreto ao serviço da cooperação entre territórios, com competências claras na execução de projetos e ações cofinanciadas por fundos europeus, bem como por iniciativas nacionais que promovam a articulação entre países. A par disso, tem também um papel relevante na promoção de estudos, planos, programas e projetos, incentivando a ligação entre diferentes agentes, estruturas e entidades públicas. Neste contexto, a participação do Município da Sertão neste Agrupamento revela-se adequada.

A par disto, a Sertão assume também um papel estratégico ao acolher a sede do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Cáceres–Beira Baixa.

Este Agrupamento tem um potencial muito relevante para o nosso concelho e para a Beira Baixa. Desde logo, na promoção da coesão territorial, contribuindo para um desenvolvimento mais equilibrado e para a redução das desigualdades. Mas também na facilitação da cooperação, ao simplificar a gestão de projetos conjuntos e ao ajudar a ultrapassar barreiras administrativas que tantas vezes limitam a dinâmica transfronteiriça.

Acresce ainda a sua capacidade de articulação em áreas fundamentais como o ambiente, o turismo, a cultura e o desenvolvimento empresarial, reforçando uma ligação histórica entre territórios e criando melhores condições para fixar população, atrair novos residentes e valorizar a região.

Mas há uma dimensão que importa sublinhar com especial clareza — e que, aliás, já tive oportunidade de reforçar na Assembleia Intermunicipal da Beira Baixa: este Agrupamento tem um enorme potencial para colocar na agenda



política investimentos estruturantes para a região, sobretudo numa área tão decisiva como as infraestruturas.

Se queremos afirmar o território e criar oportunidades, não podemos desligar essa ambição da qualidade das nossas ligações. Neste contexto, é inevitável falar do IC8.

O IC8 é hoje uma via essencial para a região. Serve o dia a dia das populações, o transporte de mercadorias, o turismo e a ligação a outros eixos rodoviários. No entanto, o volume de tráfego atual já ultrapassa claramente aquilo para que a via foi pensada, com impactos evidentes ao nível da segurança.

Por isso, a sua requalificação é um passo natural e necessário para responder às exigências atuais e futuras.

Esta necessidade ganha ainda mais força num momento em que o IC31, volta a estar em cima da mesa, uma infraestrutura igualmente importante para a Beira Baixa.

Ao mesmo tempo, não podemos esquecer a importância da reestruturação da N238, que deve fazer parte desta visão mais ampla sobre as infraestruturas que o território precisa.

Esperamos que este Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial cumpra plenamente o seu papel. Mas, mais do que isso, espera-se que seja capaz de mobilizar vontades, criar consensos e dar voz às necessidades do território.

Porque é com ambição, cooperação e melhores infraestruturas que conseguimos construir um futuro mais forte, mais coeso e mais atrativo para o nosso concelho e para a Beira Baixa.

Sertã, 30 de Abril de 2026

Alameda XI
[Handwritten signature]

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Sertã

**Ponto 2.4 – Proposta de Participação do Município da Sertã no Agrupamento Europeu de
Cooperação Territorial Cáceres - Beira Baixa (AECT CCBB) através da Comunidade
Intermunicipal da Beira Baixa – Proc. 2026/300.10.007/8**

Obrigado Sr. Presidente. Renovo, na sua pessoa, os meus cumprimentos a todos os presentes.

Senhoras e senhores deputados,

Tomo novamente a palavra, neste ponto, para parabenizar o Município pela sua participação no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Cáceres - Beira Baixa (AECT CCBB) através da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Num mundo hiperconectado como aquele em que vivemos, em que os problemas da realidade e as soluções que estes carecem, transcendem já as meras realidades regionais e nacionais, a busca por novos parceiros é o caminho para futuro, sendo a chave para atração de investimento, de novas empresas e de vivacidade económica para o nosso concelho e para toda a região da Beira Baixa.

Como se diz popularmente, é realmente “ouro sobre azul” que a sede de deste agrupamento se venha a localizar na Sertã, com os seus funcionários a trabalhar neste concelho.

Uma Sertã para o futuro, uma Sertã em crescimento, uma Sertã que cativa mais e melhores meios para se tornar ainda mais vibrante é uma Sertã que me orgulho de chamar minha.

Os meus parabéns ao executivo, Sr. Presidente.

Obrigado.

O Deputado Municipal

[Handwritten signature of João César Duarte Antunes]

(João César Duarte Antunes)

Alcorno XII
J. R.

Ponto 2.5. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação Urbana de Cernache do Bonjardim

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Sertã,
Exmas. Sras. Secretárias da Mesa,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Sertã, Dr. Carlos Miranda,
Exmos. Srs. Vereadores,
Exmos. Srs. e Sras. Deputadas Municipais,
Exmos. Srs. e Sras. Presidentes de Junta,
Comunicação Social, Público presente e todos os que nos acompanham através da Rádio Condestável,

Sendo que está prevista a elaboração de uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) no Concelho, e que as ARU's se encontram em renovação, deixo ao executivo o desafio para que possam ser olhados mais lugares do concelho como potenciais locais a incluir nessa Operação de Reabilitação Urbana, como por exemplo, as zonas centrais de Nespéral ou Palhais, entre outros, no sentido de criar incentivos e permitir o acesso a oportunidades de financiamento na recuperação de imóveis devolutos, e que atualmente empobrecem estes locais pelo estado danificado como se encontram. Estes pequenos aglomerados urbanos encontram-se próximos de outros centros de serviços, como as vilas de Cernache do Bonjardim e Sertã, e por isso, são locais com capacidade de colmatar a falta de habitação no concelho, para a fixação de novos residentes e jovens, através da reabilitação de imóveis. Os incentivos previstos nestes regulamentos de ARU's e ORU's não são de uma grandeza considerável, mas talvez possam ajudar numa altura em que a os preços da construção e da aquisição de imóveis prontos para habitação se encontram elevado.

Maria João Ribeiro

Membro da Assembleia Municipal pelo Partido Socialista




2.8 – Prestação de Contas – Ano 2025

Abril tem qualquer coisa de especial, apesar das suas águas mil. Abril não é só um mês no calendário. É um compromisso. Um compromisso com a liberdade, com a dignidade e, acima de tudo, com a possibilidade de cada um construir o seu próprio caminho.

Celebramos este ano 52 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, 50 anos da Constituição da República Portuguesa e também das primeiras eleições livres para o poder local. Tudo conquistas que nos deram direitos — mas também responsabilidades.

E há uma pergunta que não podemos evitar: o que é hoje, na prática, viver em liberdade?

É poder falar, sim.

É poder escolher, claro.

Mas também é poder viver com autonomia, criar um projeto de vida... e ter uma casa.

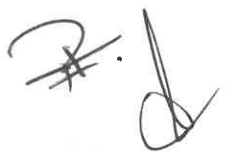
Sem habitação, a liberdade fica um bocadinho aquém das expectativas.

E é aqui que Abril ainda está por cumprir para muitos jovens e não só.

Porque hoje, para demasiados, sair de casa dos pais não é um passo natural — é quase um salto de fé. Entre rendimentos baixos, vínculos precários e preços que parecem ter vida própria, a habitação tornou-se um dos maiores bloqueios à tal liberdade que tanto celebramos.

Sejamos justos: finalmente houve um Governo que começou a dar respostas. Já são mais de 70 mil jovens com isenção de impostos na compra da primeira casa e mais de 25 mil com acesso à garantia pública no crédito.

Mas há uma parte desta equação que não pode ser ignorada: a realidade local.



Porque a liberdade constrói-se no território. E é aqui que os Municípios têm um papel decisivo.

Na Sertão, tivemos em 2025 o “Maior Orçamento de Todos os Tempos”. E, dentro dele, mais de 7 milhões de euros previstos para habitação. Baseava-se em dois eixos principais: por um lado, o programa 1.º Direito, direcionado para criar soluções habitacionais para quem vive em condições indignas e não tem capacidade financeira para aceder a uma casa; por outro, projetos de habitação a custos acessíveis, pensados para dar resposta às dificuldades que muitas pessoas enfrentam no acesso a casas a preços compatíveis com os seus rendimentos. Confesso que isto criava expectativa. Parecia que, finalmente, íamos transformar o direito à habitação em algo... mais concreto.

Mas depois olhamos para a execução.

E percebemos que, afinal, Abril ainda não chegou a todas as casas — ou, neste caso, ainda não chegou casa nenhuma.

Os números apresentados na Prestação de Contas ficam muito longe do que foi anunciado. E, com todo o respeito, isto levanta uma questão simples: Como foi isto possível?

Houve um tempo em que a justificação era a ausência da Estratégia Local de Habitação. Entretanto, ela foi criada — e ainda bem que o foi. Estávamos atrasados, é certo, mas não estávamos sozinhos nessa posição. A diferença é que outros Municípios, que partiram do mesmo ponto, já conseguiram avançar e hoje já entregaram chaves aos seus municípios.

As pessoas não vivem de previsões.
Não vivem de intenções.

Vivem de soluções reais.

E por isso deixo uma pergunta muito direta, alinhada com aquilo que Abril nos ensinou — exigir, questionar e não ficar conformado:



Pode indicar-nos um único fogo habitacional que tenha sido efetivamente entregue à população?

É que, no fim de tudo, a liberdade também se mede assim: pela capacidade de abrir a porta de casa... com uma chave na mão.

Prestação de Contas do Município da Sertã - 2025



Handwritten signature and date: 27/09/2025

A análise do Relatório de Prestação de Contas de 2025 deve ser feita não apenas do ponto de vista contabilístico, mas também político.

Quando foram aprovadas as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2025, foi apresentada uma visão de grande ambição: um dos maiores orçamentos de sempre, mais investimento, captação de fundos comunitários, obras estruturantes, habitação, reabilitação urbana e desenvolvimento económico.

Contudo, a prestação de contas revela uma execução bastante mais limitada. Houve atividade municipal, houve apoios, eventos, serviços, obras e investimento realizado, mas também é evidente que a execução ficou aquém da ambição inicialmente anunciada.

A principal diferença está no investimento. O orçamento apontava para uma forte aposta no PPI, mas a execução efetiva ficou abaixo do previsto. Ao contrário, o (PAMR) Plano de Atividades Mais Relevantes — ligado sobretudo à atividade corrente, apoios, funcionamento, eventos e serviços teve maior expressão na execução.

Isto significa que o município foi mais eficaz a assegurar a gestão corrente do que a concretizar os investimentos estruturais prometidos.

Preocupa-nos, em particular, a diferença entre as verbas previstas para fundos comunitários, habitação e obras estruturantes e aquilo que efetivamente se concretizou no exercício. Esta diferença cria expectativas nos munícipes que depois não encontram correspondência suficiente nos resultados.

Nas receitas se percebe esta diferença entre previsão e realidade.

O orçamento previa transferências de capital de 14,47 milhões de euros, com 11,68 milhões de fundos comunitários, mais 391,3% face a 2024. Na prestação de contas, os fundos comunitários totalizaram 1,197 milhões de euros em 2025, registando uma diminuição de 31,09% face ao ano anterior. Esta diferença é politicamente relevante e não pode ser tratada como um mero detalhe técnico.



A questão central é, por isso, uma questão de rigor político e de transparência orçamental.

Quando se apresentam orçamentos muito ambiciosos, com verbas elevadas para habitação, fundos comunitários, obras e equipamentos, cria-se uma expectativa legítima junto dos munícipes.

Se depois a execução fica claramente abaixo do previsto, importa explicar com clareza o que falhou: se foram atrasos de candidaturas, dificuldades procedimentais, problemas de projeto, falta de capacidade técnica, derrapagens de calendário ou simples sobre orçamentação.

Há ainda um sinal que merece preocupação: a receita total cobrada, sem integração do saldo de gerência, não foi suficiente para cobrir integralmente a despesa total paga.

O grau de cobertura da despesa passou de 102,19% em 2024 para 96,74% em 2025. A receita corrente continua a cobrir a despesa corrente, é certo, mas com redução da margem; e a cobertura da despesa de capital baixou para 69,52%, revelando dependência de financiamento externo, fundos comunitários e endividamento.

O próprio relatório reconhece que a poupança corrente tem diminuído nos últimos anos, associando essa compressão ao crescimento da despesa corrente, em especial com pessoal e aquisição de serviços. Reconhece também que o saldo global foi negativo em 1,335 milhões de euros e que, excluído o saldo de gerência incorporado, a despesa executada foi superior à receita arrecadada, tendo o desequilíbrio sido colmatado pelo saldo transitado do exercício anterior.

Esta situação não significa, naturalmente, que o município esteja numa situação financeira descontrolada, o que dizemos é que há sinais que exigem prudência acrescida: maior pressão da despesa corrente, execução de investimento abaixo do previsto e dependência de receitas externas cuja concretização não acompanhou a previsão orçamental.

Do ponto de vista político, a nossa crítica é clara: o executivo apresentou um orçamento de grande ambição, mas a prestação de contas revela uma execução mais limitada, mais corrente e menos transformadora do que a narrativa inicial fazia prever.



Preocupa-nos, em particular, que áreas decisivas para o futuro do concelho

Habitação, reabilitação urbana, desenvolvimento económico, fixação de população, qualificação das infraestruturas e coesão territorial, continuem a aparecer nos documentos previsionais com grande expressão, mas com concretização insuficiente no exercício.

Não colocamos em causa a regularidade técnica das contas nem o trabalho dos serviços municipais. A nossa apreciação é política: houve execução, mas houve também uma distância clara entre o que foi anunciado e o que foi concretizado.

O concelho precisa de menos orçamentos de intenção e de mais execução concreta em áreas decisivas como habitação, desenvolvimento económico, acessibilidades, reabilitação urbana e fixação de população.

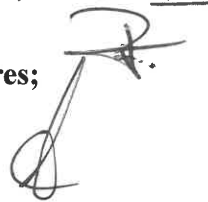
Por estas razões, e mantendo uma postura responsável, exigente e construtiva, a bancada do PSD assume uma posição de abstenção relativamente ao Relatório de Prestação de Contas de 2025.

Pela bancada do PSD

João Carlos Almeida



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal;
Senhoras Secretárias da Mesa;
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores;
Caras e caros membros da Assembleia Municipal;
Comunicação social presente;
Ilustre público presente ou que nos segue através da rádio condestável;
Técnicos de apoio aos trabalhos desta Assembleia
Os meus cumprimentos,

Alc. XV


Neste ponto 2.8 da Ordem do dia, somos convocados a apreciar e votar a Prestação de Contas do Município da Sertã – 2025. Um documento técnico, extenso, muito detalhado e incorporando muito trabalho na sua elaboração, que realço. Mas mesmo quem não está mais familiarizado com alguns conceitos técnicos, a objetividade dos grandes números, o detalhe e explicações nele contido consegue uma boa leitura do mesmo. Mais, por trás de cada valor executado, está uma realização de uma infraestrutura, está o fornecimento de um bem ou da prestação de um serviço ao munícipe. E estes projetos e ações, concretizam objetivos de melhoria das condições de vida dos munícipes, balizados, naturalmente, pela sustentabilidade financeira do Município e alinhados com uma estratégia de médio e longo prazo.

Começando pela execução da receita, estamos perante uma execução global de 34,4M€ de um total orçamentado de 38,6M€, o que determina uma execução superior a 89%, portanto acima do limiar mínimo dos 85% cumprindo folgadoamente um dos limites imposto para estar fora do alcance do radar de alerta precoce. Detalhando, a receita corrente cobrada foi de 21,0M€, um pouco acima dos 20,9M€ estimado, determinando uma taxa de execução de 100,7%, enquanto a receita de capital atingiu o valor de 5,1M€ correspondendo a uma taxa de execução 53,8%.

Passando à despesa, o valor executado foi de 27,0M€, a que corresponde uma execução de 70% do orçamentado que era 38,6M€. Detalhando a componente de despesa corrente participou em 19,7M€ e a de capital em 7,4M€. E especificamente o PPI, com uma taxa de execução de mais de 51%, apresentou um valor record de execução, ultrapassando os 7M€, mais 42,6% que o valor de 2024 (que já tinha sido um bom número: 4,9M€).

Sobre este PPI e sem menosprezo para as pequenas/grandes obras que se encontram plasmadas na presente conta de gerência, permitam que destaque, pelo valor monetário, as seguintes realizações em 2025:

Requalificação do edifício do mercado de Cernache do Bonjardim	1 100 690
Aquisição de terrenos para projetos de desenvolvimento	754 172
Reabilitação da Escola Básica Padre António Lourenço Farinha	697 132
Equipamento de transporte	504 359
Pavimentação da estrada principal do Castelo - Almas da Arnoia - Estradinha	348 695
Arranjos exteriores da escola secundária da Sertã	297 016
Habitação a Custos Acessíveis	290 306
Melhoria das acessibilidades na freguesia do Cabeçudo	243 908
Arruamentos em Outeiro da Lagoa	234 752
Equipamento e máquinas diversas	234 454
Requalificação e Adaptação do Centro de Saúde da Sertã – Fase 2	202 736
Abertura e conservação de estradões florestais e pontos de água	141 160
Mobiliário-----	139 031
Rua A, Rua B e alargamento da Rua Viriato, previstas no Plano de Pormenor 1	138 256
Reparação e beneficiação da rede viária do Concelho	125 943
Espaço de Coworking e Incubação de Empresas "Smart Workplace Nuno Álvares Pereira"-----	110 307
Infraestruturas do Loteamento nº7 na Urbanização Pinhal de Cima-----	106 000

Feita esta análise sucinta ao exercício de 2025 em apreço, permitam que dê nota que se trata do ano final de um ciclo de 4 anos, 2022-2025, e que é oportuno fazer um balanço global destes 4 anos e comparar com o ciclo anterior de 2018-2021.

Os valores da execução da receita acumulada e média da dos últimos 4 anos ultrapassa em grande escala a do período anterior e em termos de performance o grau de execução é incomparavelmente superior. Em especial a receita de capital, em termos acumulados de 2018-2021 foi de 8,6M€ enquanto que, no período 2022-2025 quase o dobro de execução a rondar os 17,1M€.

No que diz respeito à despesa corrente o valor médio cresceu cerca de 45% entre períodos, ainda que mantendo o nível médio de execução muito próximo, na casa dos 77%.

Em termos de despesa de capital, passámos de uma taxa média de execução de 65% para uma taxa de execução de 69% e o valor médio anual de investimento passou dos 4,1M€ do ciclo anterior para os 5,7M€ do ciclo 2022-2025. Em particular o PPI, no mandato 2022-2025, o valor médio anual ultrapassou os 5,2M€ que compara com os 3,6M€ anteriores, ou seja, um crescimento do investimento entre ciclos de cerca de 44%.

Em resumo:

- (I) Este executivo apresentou das melhores performances de execução da receita;
- (II) O atual executivo, anualmente, investiu mais em termos absolutos que o executivo anterior em igual período;
- (III) Este executivo apresentou taxas de execução de investimento melhores que as apresentadas pelo executivo anterior.

Em face do exposto, entendemos que esta proposta Conta de Gerência do exercício de 2025 deve ser aprovada.

Sertã, 30 de abril de 2026

Jorge Rodrigues Farinha

Partido Socialista



Aviso XVII

Quero começar a minha intervenção por cumprimentar:

O Exmo Presidente da mesa e seus secretariados;

Cumprimentar o Sr. Presidente e todos os membros do executivo e vereadores

Cumprimentar todos os membros constituintes desta assembleia

Cumprimentar o público aqui presente e todo o público ouvinte

Cumprimentar a comunicação social aqui presente, rádio condestável e comarca.

Não subo a este púlpito hoje nem em outras alturas como um eleito. Os resultados de outubro de 2025 não me deram um assento nesta mesa, mas não me tiraram a voz, nem o compromisso que assumi com os meus fregueses.

Quero que os fregueses da União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais saibam de uma coisa: eu estarei ali sentado, naquele fundo da sala, as quatro, as cinco ou as seis horas que forem precisas. Não me importa o cansaço ou a hora tardia. Estarei lá para garantir que, quando chegar o meu momento, a voz dos meus seja ouvida com a força que merece.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara,

Registo com um sorriso de ironia a chegada deste regulamento a esta Assembleia. É curioso como a urgência de "salvar a saúde" na Sertã, que tanto ecoou nos palcos de campanha em outubro de 2025, tenha demorado seis meses a ganhar a forma de um rascunho para consulta pública. Pelos vistos, a saúde dos nossos municípios aguarda pacientemente pelo calendário administrativo de quem já ganhou as eleições.

Mas vamos ao que é grave, Sr. Presidente. Li este regulamento de fio a pavio e procurei uma palavra: **Cernache**. Procurei por **Nesperal**. Procurei por **Palhais**. E apenas encontrei **Um vazio absoluto**.

O Sr. Presidente vai dizer-me que a nossa União de Freguesias está incluída na expressão vaga de "polos e extensões". Mas eu pergunto:

1. Se este regulamento nasce da "insuficiência de médicos" e da "realidade territorial do concelho", como diz o vosso preâmbulo, **porque é que não tiveram a coragem de nomear Cernache do Bonjardim como prioridade geográfica?**
2. Este incentivo de até **2.000,00 € mensais** vai servir para fixar médicos onde? No centro da vila da Sertã, onde os serviços já existem, mal ou bem, já existem, ou vai servir para reabrir as consultas em Cernache, que estão a zero?

O ponto é este, e aqui o Sr. Presidente não pode fugir: O regulamento diz que o pagamento depende da manutenção do exercício de funções. Mas não diz **onde** é



que a ULS de Castelo Branco vai alocar esse médico. Sem uma cláusula que obrigue à permanência física em Cernache, este dinheiro do Município, que deveria ser responsabilidade do Ministério da Saúde, é verdade. Mas, corre o risco de ser um bônus para quem já está na sede, enquanto a nossa União de Freguesias continua a ver as portas do posto de saúde fechadas.

A minha pergunta direta para que fique em ata:

Está o Sr. Presidente disponível para alterar este regulamento agora, em sede de consulta pública, e incluir uma **cláusula de majoração ou de obrigatoriedade** para a prestação de cuidados na união de freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais? Ou este documento é apenas um "cheque em branco" político para dizer que "fizeram alguma coisa", enquanto a nossa freguesia continua a ser tratado como uma freguesia de segunda?

Ficamos a aguardar que a vossa "vontade política" de outubro se transforme em "compromisso escrito" em abril. O povo da minha união de freguesias não se alimenta de intenções, alimenta-se de consultas que hoje não as tem.

E aproveito, antes que o Sr. Presidente venha aqui e me responda que "a competência da colocação é da ULS de Castelo Branco", retribui-o já "Quem paga, dita as regras, aqui ou em qualquer lugar, assim, se a Câmara vai pagar até 2.000€ do bolso dos nossos munícipes, a Câmara tem o dever — e o poder — de exigir contratualmente que esse investimento beneficie as zonas mais carenciadas.

Tempestade Kristin – Parceria Município da Sertã / Caritas Paroquial da Sertã

Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes.

Na sequência da passagem da tempestade Kristin, importa reconhecer publicamente o extraordinário empenho, dedicação e sentido de missão demonstrados por todos quantos estiveram envolvidos na resposta a este fenómeno adverso.

É de inteira justiça destacar o papel dos autarcas, que, com proximidade e sentido de responsabilidade, acompanharam as populações e contribuíram para a articulação das respostas no terreno.

Uma palavra de especial apreço é igualmente devida aos funcionários do Município da Sertã, cujo esforço, disponibilidade e capacidade de intervenção foram essenciais na reposição das condições de normalidade e no apoio às populações afetadas.

Saúda-se, ainda, a atuação dos agentes da Proteção Civil, das forças de segurança e dos Bombeiros Voluntários, cuja pronta intervenção, profissionalismo e espírito de sacrifício foram determinantes na minimização dos danos e na salvaguarda de pessoas e bens.

O esforço conjunto destas entidades evidenciou, uma vez mais, a importância da cooperação institucional e da capacidade de resposta coordenada em situações de emergência, merecendo, por isso, o reconhecimento e a gratidão de toda a comunidade.

Ainda no âmbito desta ocorrência, e na qualidade de Presidente da **Caritas Paroquial da Sertã**, cumpre-me manifestar o agradecimento pela confiança em nós depositada pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Carlos Miranda, e pela Senhora Vereadora, Dra. Ana Margarida, na gestão da logística de apoio às famílias afetadas, designadamente no fornecimento de bens de primeira necessidade, em articulação com os Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia do concelho da Sertã.

Nesta missão, agradeço a todos os voluntários que se associaram a esta causa, nomeadamente o Grupo de Jovens Dar+, o Agrupamento 170 Sertã, o grupo


1

de catequese, cidadãos a título individual, funcionários do Município da Sertã e ao Santuário da Sra. dos Remédios pela cedência de instalações.

Para conhecimento, a Caritas Paroquial da Sertã, em parceria com o Município da Sertã, procedeu, até ao dia 30 de abril de 2026, à entrega de 600 cabazes de bens de primeira necessidade a famílias afetadas pela tempestade Kristin. Estes bens resultaram de generosas doações de diversas entidades, entre as quais:

Academia do Bacalhau de Barcelos; Bruno e Ribas – Bragança; Caritas Diocesana de Portalegre-Castelo Branco; Caritas Portuguesa; colaboradores da Anacon; grupos de voluntários de Mafra e de Sintra; Jerónimo Martins; Vorte Peças, Juntas de Freguesia de Esgueira, Fortios e Geadense; munícipes do concelho da Sertã; Municípios de Bragança, Marvão, Sines e Vila Verde;

No que respeita a **donativos financeiros**, foi creditado na conta da Caixa de Crédito Agrícola da Caritas Paroquial da Sertã o montante de 1.240,00 €, resultante de um apelo promovido pela cidadã sertaginense Ana Beatriz Farinha, a quem se agradece publicamente a iniciativa.

Adicionalmente, foram angariados 1.325,00 € provenientes de cidadãos e empresa Santos e Marçal, incluindo o contributo de uma sociedade de advogados, em França, no valor de 800,00 €, já aplicado na reparação do telhado de um particular.

Informa-se que as famílias que ainda necessitem de apoio poderão dirigir-se à Caritas Paroquial da Sertã, sita na Rua 5 de Outubro, n.º 3, no Centro Paroquial da Sertã, ou contactar através do telefone 274 601 385 ou dos telemóveis 927 861 949 e 964 890 980 (Pe. Daniel Almeida). Poderão igualmente recorrer às respetivas Juntas de Freguesia/Uniões, uma vez que ainda existem disponíveis roupas, cobertores e bens alimentares.

Sertã, 30 de abril de 2026

Pela Caritas Paroquial da Sertã



Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira

(Presidente da Caritas Paroquial da Sertã)